

De 22 a 25 de outubro de 2019, no
Palácio das Convenções do Anhembi



CONGRESSO
DE EDUCAÇÃO
DO SINPEEM

**Os impactos da 4ª revolução
industrial na educação**

SINOPSES

Em 2019, o 30º Congresso de Educação do SINPEEM tem como tema central **“Os impactos da 4ª revolução industrial na educação”**. Nos quatro dias do evento, entre 22 e 25 de outubro, os delegados eleitos em seus locais de trabalho vão participar de 33 grupos de interesse, sendo um painel de abertura e 32 palestras.

Entre os temas estão: inclusão escolar, revolução tecnológica e o aprofundamento das desigualdades e da miséria, educação do futuro, ética e as redes sociais, inteligência artificial, neurociências, o futuro das profissões, escola pública e a sociedade do conhecimento, multiculturalismo e movimentos migratórios, nativos da era digital, terceirização, robótica e igualdade de gênero.

Assim sendo, este caderno é um importante material. Além de orientar os delegados durante o 30º Congresso do SINPEEM, com sinopses dos palestrantes sobre os assuntos que serão abordados, pode ser compartilhado e utilizado pelas escolas em suas reuniões, planejamento e elaboração do projeto político-pedagógico.

A DIRETORIA



CLAUDIO FONSECA
Presidente

Observação: os textos e a revisão dos mesmos são de EXCLUSIVA responsabilidade dos autores.



Dia 22 de outubro

Os impactos da 4ª revolução industrial na educação	5
Metodologias ativas: materialidades como ferramentas pedagógicas	6
Tecnologias e o silenciamento dos corpos infantis	7
Relações na adolescência: a transformação social do século XXI	8
Inclusão escolar: eliminando barreiras e ampliando as possibilidades	10
A revolução tecnológica e o aprofundamento das desigualdades e da miséria	12
Diferentes olhares: alfabetização e letramento na infância	14
Crianças on-line: nativos da era digital	15
Gestão escolar participativa: tecnologia da comunicação e a escola da comunidade	16

Dia 23 de outubro

Educação do futuro: aprendizagens criativas, robótica com sucata na escola pública	17
Ensino a distância e a precarização do magistério	19
Lutas e conquistas das mulheres ao longo da história: avanços e retrocessos	21
Ética e as redes sociais	22
Inteligência artificial	24
Espectro autista: do diagnóstico à intervenção	25
Neurociências e o desenvolvimento cognitivo e motor na educação infantil	27
Impacto social da conectividade	28

Dia 24 de outubro

A importância de diversas representações étnicas no desenvolvimento das crianças e jovens	29
O desmonte das políticas públicas em tempos de liberalismo econômico e conservadorismo	30
O futuro das profissões	32
Os efeitos nefastos da terceirização na escola	34
Direitos humanos na era digital	36
Robótica na educação infantil e nos anos iniciais	38
Música e dança: experiências de conhecimento na educação infantil	39
Espetacularização das redes sociais e a ausência da vivência social concreta	40

Dia 25 de outubro

Escola pública e a sociedade do conhecimento	42
O ambiente que se transforma a partir das experiências das crianças	43
Explorando culturas a partir da contação de histórias	44
A escola como espaço privilegiado da construção da igualdade de gênero	45
Condições de trabalho, assédio moral, democratização do ambiente de trabalho e síndrome de burnout	48
Multiculturalismo e movimentos migratórios: desafios para a educação no mundo globalizado	50

Os impactos da 4ª revolução industrial na educação

* **Glauca da Silva Brito**

Há uma constatação de que a educação é uma das estruturas culturais mais poderosas, capaz de influenciar o futuro da sociedade. Por isso, tentam destruí-la. Educadores(as) continuam lutando pela educação, pois concordam com Paulo Freire: "se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda".

Em tempos de era digital ainda querem que continuemos preparando mão de obra para a linha de montagem da indústria e continuemos com a produção de massa, mesmo que esta seja digital.

Revoluções não são previsíveis nem lineares e relacionando com a indústria esta afirmativa é verdadeira. Por exemplo: a 1ª revolução industrial aconteceu entre 1760 e 1830 e foi gerada pela mecanização dos processos manuais. A expectativa era de que se teria uma urbanização da população e democratização do acesso a bens de consumo básicos, rapidamente. Mas isso só ocorreu após 1850, quando houve a 2ª revolução, que passou a utilizar a energia elétrica na produção em massa.

A 3ª revolução aconteceu na metade do século XX e foi ocasionada pela chegada da tecnologia da informação, das telecomunicações e da eletrônica. Houve a globalização das economias e o incentivo ao consumo por meio do marketing. Então chegamos à 4ª revolução industrial, na qual acontece a fusão de tecnologias combinando o digital, o físico e o biológico.

Dai vem a pergunta: qual o papel fundamental da escola em nossa sociedade? Deverá se preocupar só com a revolução industrial? O sistema educacional terá de mudar, mas isto só poderá acontecer se mudarmos a formação dos profissionais da educação: formação inicial, formação em serviço, formação continuada.

Os profissionais de educação sabem que o mercado de trabalho está mudando, que as tecnologias alteraram as formas que aprendemos, que a colaboração e a interação têm de ocorrer nesta cibercultura e que temos cada vez mais possibilidades de respeitar o ritmo dos alunos utilizando as tecnologias digitais, inclusive a inteligência artificial.

Qual deveria ser nosso ritmo? Penso que não devemos nos deixar levar pela indústria, que em tempos de tecnologias digitais, continua querendo o cidadão que consome e que produza em massa e para a massa.

* **Glauca da Silva Brito** - professora doutora da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência como pesquisadora nas áreas de educação e de tecnologias.

Metodologias ativas: materialidades como ferramentas pedagógicas

* **Glaucia da Silva Brito**

As metodologias ativas são estratégias pedagógicas desenvolvidas pelo professor com a intenção de tornar o estudante protagonista do processo de ensino/aprendizagem. Isto não é novo. Educadores como John Dewey, Paulo Freire e Carl Rogers já destacaram que cada estudante deve aprender no seu ritmo, de acordo com as suas necessidades, com base em situações contextualizadas e significativas (CHAQUIME, MILL, 2018).

Para Moran (2015), a adoção de metodologias ativas tem por objetivo envolver o aprendiz em atividades que o auxiliem a se relacionar com o contexto em que se insere, a desenvolver estratégias cognitivas e a alavancar o processo de construção do conhecimento, tornando o processo de ensino/aprendizagem mais personalizado. Este protagonismo do estudante pressupõe um professor que seja orientador da aprendizagem, com base nos objetivos a serem atingidos.

Esta parece ser uma questão fácil de se resolver, mas não é, pois a educação é um dos sistemas mais complexos para ser mudado e a maioria de "reformas" propostas nas várias décadas anteriores tratou apenas os sintomas do sistema e não o verdadeiro problema.

Diante deste desafio, há necessidade de se pensar num sistema em que as escolas tenham estruturas físicas diferentes, que o tempo das aulas não seja rígido, mas flexível.

O principal é que as universidades e faculdades que formam os professores também mudem suas estruturas de formação, que passem a trabalhar nos ensinos presencial e a distância com metodologias ativas, que seus professores sejam mais orientadores dos processos. Ou seja, o sistema educacional seja ele da educação básica ou do ensino superior, tem de ser transformado de dentro para fora. Caso isso não ocorra, faremos metodologias ativas como atividades isoladas no processo de ensino/aprendizagem e nenhuma transformação será verdadeira.

REFERÊNCIAS:

CHAQUIME, Luciane Penteadó; MILL, D. Metodologias ativas In MILL, Daniel (org). Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância. Campinas, SP: Papyrus, 2018.

MORAN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. In Souza, C.A e MORALES, O.E.T (orgs) Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens. Ponta Grossa: UEPG/ PROEX., 2015.

* **Glaucia da Silva Brito** - professora doutora da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência como pesquisadora nas áreas de educação e de tecnologias.

Tecnologias e o silenciamento dos corpos infantis

* Ana Claudia Arruda Leite

Cerca de 55% da população do mundo vive hoje em cidades. No Brasil este número sobe para 84%. Um dos grandes riscos deste modelo de vida, principalmente na infância é o enclausuramento do corpo. Marcadas em grande medida por crescente desigualdade social, adensamento populacional e consumo, as cidades são territórios de disputa: moradias pequenas, geralmente apartamentos, mobilidade centrada no automóvel, escassez de áreas verdes e de lazer. Somado a isso, a maioria das escolas possuem espaços limitados e precários, algumas não tendo sequer banheiros, parques ou quadras. As ruas, antes associadas à vida comunitária, ao brincar e ao lazer, passaram a ser sinônimos de abandono e de violência. Atrelado ao adensamento urbano tem-se cada vez mais a presença de telas e tecnologias digitais como ferramentas de trabalho, entretenimento e interações sociais, inclusive na vida das crianças.

O mundo virtual está presente no cotidiano em diferentes suportes e contextos, trazendo mudanças estruturais na noção de temporalidade, espacialidade e experiência. O uso frequente e sem limites de telas traz graves problemas de saúde, tais como ansiedade, depressão, miopia, obesidade e distúrbios do sono.

O corpo vem sendo silenciado. As diversas ciências e estudos mostram como o corpo e a mente são interligados, sendo o corpo a base para o desenvolvimento de toda inteligência. Um dos grandes equívocos numa sociedade altamente tecnológica é a aparente perda da centralidade do corpo na experiência humana.

Historicamente a escola pouco considerou o corpo como propulsor do conhecimento. Esse foi entregue à rigidez e à imobilidade de mesas, carteiras, lousas e, mais recentemente, das telas (computadores, tablets, smartphones, televisão). O corpo e seus sentidos, o brincar e as diversas linguagens expressivas são secundários em uma "grade curricular", pautada numa concepção fragmentada de conhecimento e de aprendizagem. Apartado da experiência educativa e da própria vida, o corpo segue renegado por um racionalismo exacerbado e a crença num mundo virtual alheio ao real.

Numa realidade próxima, se vislumbra o aumento exponencial da fusão do mundo virtual e real e do corpo com a máquina. Os limiares serão cada vez mais tênues, tornando mais urgente e complexo o discernimento dos impactos e o uso consciente das tecnologias, a fim de que escutemos os dizeres, visíveis ou silenciosos, do corpo na infância.

* **Ana Cláudia Arruda Leite** - pedagoga, mestre em Ciências Sociais da Educação (PUC-SP) e especialista em infância. Coursou a Escola de Liderança Executiva para o Desenvolvimento da Primeira Infância (Harvard e NCPI). Atua há 20 anos na educação, tendo experiência em gestão, assessoria e pesquisa. É consultora do Instituto Alana.

Relações na adolescência: a transformação social do século XXI

* Ana Canosa

A revolução digital modificou profunda e aceleradamente a maneira de as pessoas lidarem com os objetos, o meio ambiente e estabelecerem conexões sociais e afetivas. O acesso a todo tipo de informação promove uma abertura às muitas maneiras de pensar o ser humano e suas relações.

A corporeidade é profundamente impactada pela performance em redes sociais e aplicativos. Como a sexualidade compreende identidade, papel de gênero, orientação sexual e comportamento afetivo-sexual, seria ingenuidade não imaginar uma revolução também nessa importante dimensão da vida humana.

Cada vez mais pessoas se organizam em grupos com especificidades identitárias, desejos e ideologias específicas. Nesse sentido, muitos adolescentes encontraram uma maneira de pertencer, principalmente os que fogem ao padrão heteronormativo e binário. Como observa Achille Mbembe, há um sentido de liberação geral das emoções, das paixões e dos afetos. Se esse fenômeno pode quebrar regras estreitas para o comportamento sexual, desmistificando ideias sobre amor e sexo, antes concebidas e alicerçadas na proposta de ideal romântico, por outro lado a sexualidade é cada vez mais influenciada pelo mercado, que regula a ideia de que ganhar é a única coisa que importa.

A preocupação excessiva com a aparência e com a popularidade, uma marca da geração Z, alimenta uma narrativa perversa, tornando muitos adolescentes ansiosos. A indiferença se tornou um novo tipo de violência. Pesquisas internacionais apontam que os jovens estão fazendo menos sexo na atualidade do que no século passado.

Pornografia, masturbação e uso de tecnologia em excesso são algumas das hipóteses levantadas pelos pesquisadores, além da falta de formação de par. Namorar passou a ser um compromisso que exige abrir mão de muitas possibilidades, experiências, de amor e sexo compartilhado. É um contrasenso: se por um lado os jovens são desestimulados a pensar no amor como uma forte e importante vivência, por outro lado, esperam que, para abrir mão da liberdade, esse amor seja tão profundo e perfeito, que nenhuma humanidade é capaz de fornecer.

* **Ana Canosa** - psicóloga, especialista em educação sexual e terapia sexual pela FMABC/SBRASH, coordenadora do curso de pós-graduação em Educação Sexual e Terapia Sexual do Unisal e do curso de Sexologia Clínica do IBCMED. Diretora de publicações da SBRASH e editora da Revista Brasileira de Sexualidade Humana.

* Eduardo Lucas Andrade

A adolescência é um período demarcado por duas potentes agruras psíquicas, sejam elas a elaboração do luto da infância perdida e o incerto futuro que já cobra postura ao desajeitado corpo em transição. O adolescente frente à esta confusa transformação carece de grupos para se consolidar suportavelmente enquanto um ser falante. As mudanças sociais, alternâncias dos ritos de passagem e aceleração do coetâneo mundo, têm feito com que o adolescente fique ainda mais desorientado: como se posicionar sem adoecer em um mundo tão estranho e ao mesmo tempo tão familiar? São as inquietantes indagações que os adolescentes, por excelência, em transformação, tentam responder a si mesmos e à sociedade a cada instante.

A educação como modo de transformação do mundo tem compromisso com tudo isso que atravessa sua época e frente à ela não pode recuar. Uma educação que se furta a falar dos temas tabus está fadada ao fracasso. É importante que a educação escute e trabalhe questões da sexualidade, suicídio, morte e ajestamentos no mundo que circunda. Um dos desamparos que o século atual coloca é de tudo dizer sem nada falar. Dizem por meios que não o da fala e assim nasce o ímpeto abrupto da agressividade e atuações.

A ausência de linguagem tem gerado catastróficos desamparos e este é um dos compromissos da educação: fazer falar o indizível e com isso transformar o mundo psíquico que também tem aspectos sociais. Desse modo, sendo a recíproca verdadeira, transmutando o social, modifica-se o psíquico singular.

O mal-estar é um desafio à educação, que pode propor saídas sociais, portanto, como recurso simbólico para suportar a vida, mas como fazer isso?

A adolescência se relaciona com o saber e a curiosidade diferente de como se relaciona com a escola, são tarados pelo descobrir, mas repulsam, muitas vezes, a educação institucionalizada, eis aqui um enigma para nós. Dos mal-estares ferrenhos que temos, segundo Freud, se destacam as relações humanas e a educação não pode se furta a trabalhá-las.

Neste ponto, proponho pensarmos, escutarmos e extrairmos do coetâneo mundo antídoto para lidarmos com ele próprio.

* **Eduardo Lucas Andrade** - psicanalista, membro do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos, escritor e autor de mais de 15 livros e parceiro do Instituto Mineiro de Sexualidade.

Inclusão escolar: eliminando barreiras e ampliando as possibilidades

* **Luciana Vitor Cury**

Há alguns anos a educação inclusiva vem sendo alvo de atenção e debates notadamente após a promulgação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2009) e da sua versão atualizada em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão. Percebem-se avanços significativos na ampliação do acesso e garantia de matrícula, no atendimento dos aspectos de acessibilidade arquitetônica e de comunicação. Todas são iniciativas visíveis na sociedade e o debate pedagógico se faz presente em formações continuadas de professores.

Apesar dos avanços alcançados, é necessário redirecionar a discussão sobre as práticas pedagógicas (ditas) inclusivas. Com a homologação da nova base curricular (BNCC) a escola precisa rever suas práticas e não apenas as pedagógicas, que tradicionalmente estão diretamente sob a responsabilidade do professor.

Do ponto de vista da gestão democrática, as escolas brasileiras devem assumir o compromisso com a gestão da política de educação inclusiva e, ao mesmo tempo, aprofundar as reflexões sobre as práticas de gestão escolar que, de fato, constituem esta escola. Sem esta discussão o processo segue sendo atribuído unicamente ao professor e às suas práticas pedagógicas inclusivas, dificultando a efetivação da política pública em sua essência.

Esta centralização de responsabilidade sobrecarrega o professor e, até certo ponto, exige as demais instâncias de gestão das responsabilidades que lhe cabem. O processo de construção de escola inclusiva atinge as três instâncias de gestão e esta mobilização implica corresponsabilização dos atores políticos e a complementariedade das ações.

A educação inclusiva exige coletividade de análise e proposição de soluções ou então será apenas um posicionamento pedagógico e nunca uma política em execução. Importante destacar, portanto, a necessidade de oferta de formação continuada também para gestores e demais trabalhadores da educação.

Do mesmo modo se faz premente a revalidação das grades curriculares da formação inicial dos cursos de Pedagogia, intentando também garantir maior implicação de todo e qualquer profissional que atue em escola, com as reflexões e exigências que a educação inclusiva apresenta.

* **Luciana Vitor Cury** - pedagoga pela Unicamp, com especialização em Escolarização e diversidade pela USP. Atua em projetos de formação de docentes e políticas públicas de educação inclusiva. Docente no ensino superior nas áreas de gestão escolar e educação inclusiva.

Inclusão escolar: a eliminação de barreiras como foco para garantir o direito à aprendizagem de todos e de cada um

* **Liliane Garcez**

Com a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como emenda à Constituição Federal brasileira, em 2008, o direito à educação de estudantes com deficiência foi colocado definitivamente no âmbito dos direitos humanos. Escrita por meio de uma equação simples, a definição de pessoa com deficiência é composta pelos termos barreiras e impedimentos.

Assim, a compreensão da deficiência como algo definitivo e unívoco se desloca para um arranjo relacional entre características sensoriais, físicas, mentais ou intelectuais de cada pessoa e as barreiras que estão presentes nos ambientes, comunicações e atitudes. Nesse sentido, longe de ser trivial, tal significação postula o desafio de (re)pensarmos a questão da não garantia do direito à educação às pessoas com deficiência a partir da principal barreira: a atitudinal.

Ocorre que, ao evidenciar seu caráter relacional, a definição atual de pessoa com deficiência aponta para uma mudança substancial da própria concepção e modo de trabalho da educação especial e seu papel fundamental para que nosso sistema educacional não deixe ninguém de fora nem para trás. Assim, trabalhar para que o sistema se torne cada vez mais inclusivo é tarefa de todas e todos as/os educadores. Não à toa, a Lei Brasileira de Inclusão, baseada integralmente na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, reafirma a necessidade de continuarmos investindo, em termos de apoio técnico e aporte financeiro, para qualificar todas as escolas.

Os dados de matrícula atuais apontam que mais de 85% do público-alvo da educação especial que frequenta a escola está matriculado em salas de aula comuns. Não obstante, segundo levantamento do Unicef América Latina, há ainda aproximadamente 800 mil crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência fora da escola. Se o acesso parece caminhar, o desafio maior se localiza no interior de cada uma das unidades escolares.

Ao longo desses anos em que mirávamos exclusivamente no impedimento, aprendemos a desenvolver separadamente práticas pedagógicas para estudantes com ou sem deficiência. Hoje, compreendendo que a deficiência é uma relação, ganha foco o trabalho colaborativo como estratégia de investimento coletivo para remover as barreiras historicamente construídas pela falta de convivência e de informação e, assim, atingir a meta de universalização do ensino para todas as crianças, adolescentes e jovens brasileiras e brasileiros.

* **Liliane Garcez** - mestre em Educação e psicóloga pela USP, administradora pública pela FGV. É gerente de programas do IRM, responsável pela gestão de projetos de formação, consultoria, mobilização com foco em educação inclusiva e direitos humanos.

A revolução tecnológica e o aprofundamento das desigualdades e da miséria

* **Ulisses F. Araújo**

A partir da segunda metade do século XX foi se consolidando em todo o mundo o que o autor espanhol Jose Esteve chama de "a terceira revolução educativa", com o fim de sistemas educativos baseados na exclusão da grande maioria da população e pautados na busca por escolarizar 100% das crianças e adolescentes.

A democratização e a busca pela universalização do ensino trouxeram a diversidade para dentro das salas de aula, que hoje convive não somente com as diferenças de gênero, mas também, ideológicas, físicas, econômicas, raciais, religiosas etc.

Esse novo quadro demanda ser urgente repensar os tempos, espaços e relações nas escolas, incorporando, também, as transformações radicais por que vem passando o acesso à informação e ao conhecimento decorrentes das revoluções tecnológicas recentes, atreladas aos processos de democratização da sociedade contemporânea.

A introdução de sistemas educacionais baseados no uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e em ferramentas de aprendizagem aberta e colaborativa é um aspecto essencial nesse processo.

Com isso, para além de se mudar o conceito de sala de aula, com base na transmissão exclusiva de conhecimentos, entende-se que a introdução de novas ferramentas e tecnologias digitais, que promovam a interação e novas formas de relações sociais em consonância com novas configurações de produção de conhecimento, permite se vislumbrar novas formas de organização dos tempos, espaços e relações nas instituições de ensino. A possibilidade de incorporar diferentes linguagens nas relações educativas, apoiadas em recursos multimídia e em novas formas de se conceber as relações de ensino e de aprendizagem e os papéis a serem desempenhados pelos sujeitos da educação, com toda a diversidade derivada de acesso de todas as pessoas às escolas, nos leva a estar no limiar de algo diferente na história da humanidade. E isso não deve ser ignorado pelas instituições responsáveis pelas políticas e pelos cursos de formação de educadores.

Negar o acesso a essa nova forma de educação às classes populares nas escolas públicas brasileiras, como vêm ocorrendo com as atuais políticas públicas educacionais, é promover ainda mais o aprofundamento das desigualdades sociais, culturais e científicas em nosso país, e deve ser repensando por docentes, gestores e políticos educacionais.

* **Ulisses F. Araújo** - professor titular da EACH/USP e coordenador do Núcleo de Pesquisas em Novas Arquiteturas Pedagógicas (NAP).
É presidente da Association of Problem-Based Learning and Active Learning Methods (PAN-PBL).

O impacto da revolução tecnológica na desigualdade e na miséria

* **Antônio Augusto de Queiroz**

A revolução tecnológica do século XXI terá mais impacto no mundo do trabalho do que teve a mecanização dos séculos XIX e XX, com a combinação da inteligência artificial, do emprego das impressoras 3D e a internet 5G, porque, além da manufatura, vai atingir todos os setores de serviços.

O fenômeno da revolução tecnológica aumenta a produtividade, mas, a despeito de ampliar o leque de bens e serviços à disposição da população, em vez de melhorar a distribuição de renda e transformar para melhor o convívio social, dispensa o trabalho humano e concentra a riqueza, com o aumento da desigualdade e da miséria, num claro favorecimento às elites e aos privilegiados, com ampliação da miséria e da apartação de pessoas.

O impacto das mudanças estruturais no sistema produtivo e nas relações laborais, como decorrência da revolução 4.0, da inteligência artificial e de outras inovações certamente afetará o modo de viver, de conviver, de aprender, de pensar, de produzir e de trabalhar.

A combinação da revolução tecnológica com a financeirização da economia global, com a primeira eliminando postos de trabalho e a segunda ampliando a maximização e a concentração da riqueza e dos lucros dos acionistas, tem contribuído para aumentar a desigualdade e a miséria no Brasil e no mundo.

Num cenário desses só a função social do Estado, no combate às desigualdades regionais e renda, de um lado, e no fornecimento de bens e serviços, com políticas públicas de redução da miséria, de outro, será capaz de minimizar os impactos negativos dessa nova realidade. O Estado, ao contrário do que pensam os neoliberais, mais do que nunca será chamado a contribuir para a paz social, garantindo condições dignas aos que forem excluídos do mercado de trabalho em decorrência da revolução tecnológica.

* **Antônio Augusto de Queiroz** - jornalista, escritor, analista e consultor político, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), colunista da revista *Teoria e Debate* e do portal *Congresso em Foco*.

Diferentes olhares: alfabetização e letramento na infância

* **Silvia M. Gasparian Colello**

A educação infantil deve alfabetizar?

Quando se considera o papel da educação infantil, o ensino da língua escrita é um tema controverso. Para alguns educadores, a escola deve apenas garantir condições de desenvolvimento que subsidiem a alfabetização (aspectos psicomotores e linguísticos). Para outros, o ensino deve chegar à aquisição do sistema alfabético.

Quando o foco do debate é transferido do papel da escola para a aprendizagem, a pergunta básica assume outra direção: "quando se inicia a alfabetização?" Nessa vertente, não se trata de impor um conhecimento, mas de criar condições para que ele seja construído. Sabendo que as crianças nascem em um ambiente letrado e, ainda, que não são imunes às experiências vividas, é possível afirmar que a alfabetização se inicia antes do que se possa prever, ainda que informalmente. Isso traz aos educadores o desafio de fortalecer um processo já em curso, (re)criando vivências para que o sujeito possa se aproximar, cognitivamente e afetivamente, do universo letrado. Trata-se de um desafio pedagógico e, sobretudo, político, porque o que se tem em vista é garantir condições de aprendizagem a todos os estudantes.

Acompanhar o processo de letramento significa, também, rever as práticas de ensino. Do ponto de vista metodológico, importa compreender que a ampliação do acesso à língua escrita mediante experiências concretas do ler e escrever na escola pouco significa se essas práticas não subsidiarem mecanismos de reflexão sobre o universo letrado. Daí a necessidade de se trazer às crianças situações reais de uso da língua, isto é, desafios efetivos de produção e interpretação. Isso significa poder lidar com eixos de trabalho tais como: uso e portadores da língua, gêneros e estruturas textuais, comportamentos leitores e propósitos sociais. Sem subestimar o potencial reflexivo dos estudantes, fica ao educador o desafio de conciliar a complexidade da tarefa à natureza cognitiva da criança em uma perspectiva lúdica, significativa e contextualizada.

* **Silvia M. Gasparian Colello** - pedagoga, atuou como docente na educação infantil e no ensino fundamental. Mestre, doutora e livre-docente pela Faculdade de Educação da USP (Feusp), onde atua como docente da pós-graduação. É consultora da Secretaria Municipal de Educação pela Unesco. Dedicou-se ao estudo de alfabetização e letramento.

Crianças on-line: nativos da era digital

Tecnologia como instrumento de cooperação, mídia e educação

* **Max G. Haetinger**

Por décadas a TV foi considerada o meio artificial de comunicação capaz de envolver múltiplos sentidos e de mostrar em tempo real o que acontecia em diferentes lugares do planeta. Hoje, a rapidez e abrangência da produção e divulgação de informações vão além de mensagens unilaterais e não se restringem a grandes empresas de comunicação. Os antigos espectadores da aldeia global são agora interagentes, empoderados por meios e recursos digitais que lhes permitem acessar, produzir e difundir qualquer conteúdo.

O mundo se encontra acessível via internet, na qual a informação circula de modo não hierárquico, em todas as direções, e todos somos interagentes escolhendo o que, quando e como queremos acessar. As tecnologias atuais nos permitem criar e compartilhar conteúdos e vivências das mais diversas, e daí o seu enorme potencial nas experiências sociais, de inclusão, formação de laços, opinião e de aprendizagem. Imagine essa cultura digital como meio de compartilhar valores e orientada ao protagonismo do aluno na educação.

Em sala de aula convivemos com uma geração de nativos digitais, que já nasceu e se desenvolve familiarizada com o acelerado avanço tecnológico e seus recursos. Ser educador dessas juventudes conectadas passa pela inclusão digital e renovação da abordagem pedagógica, da transmissão do conhecimento para um construir e aprender em cooperação. Também é preciso considerar que a multiplicidade de linguagens e suportes de informação presentes no universo digital converge com o diálogo da escola com vida, tendo nesse processo o professor como mediador – quem convida desperta interesses e colabora com novas descobertas.

Nas atividades regulares da escola e nos projetos dos alunos, a tecnologia é sempre bem-vinda. E o educador não precisa ser especialista em informática ou tecnologias móveis - isso ele aprende com seus alunos, nativos digitais que sabem como explorar um novo aplicativo e fazer vídeos no celular. A mediação pedagógica bem planejada tem muito mais importância que o domínio técnico.

* **Max G. Haetinger** - doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto, mestre em Educação, especialista em Criatividade e em Tecnologias Aplicadas na Educação, psicopedagogo, formador e autor de vários livros.

Gestão escolar participativa: tecnologia da comunicação e a escola da comunidade

* **Jane Patrícia Haddad**

"Nenhuma sociedade que esquece a arte de questionar pode esperar encontrar respostas para os problemas que a afligem."

Zygmunt Bauman

O mundo mudou. Gostemos ou não, estamos vivendo um momento histórico, marcado por rápidas mudanças. Como dizia Bauman, estamos passando de modelos sólidos para modelos líquidos, sejam eles de autoridade, deeducação, de família e, principalmente, de estudantes. Estamos perdendo os padrões considerados universais e, diante disso, perdemos a bússola que nos orientava. E agora? Agora é momento da grande virada, na qual a dupla compromisso e responsabilidade será o nosso GPS.

O momento atual convoca os gestores educacionais a escutar e ver o que está mudando no mundo, na sociedade e, principalmente, na comunidade onde a escola está inserida.

A mudança é real e necessária e não esperará nossa aprovação e muito menos nos preparará. Ela já é parte viva das nossas escolas. Sejam todos, e um a um, bem-vindos à nova revolução: a educação 4.0 chegou para ficar e já é parte do DNA dos nossos estudantes.

A meu ver, o primeiro passo é escutar pacientemente e o segundo é reinventar a nossa forma de aprender e fazer educação. Aceitar que os nossos estudantes são sujeitos de sua própria história e que trazem suas vivências para a escola.

As tecnologias devem ser acolhidas e olhadas como parceiras não só de comunicação, mas também como parte constante da transformação do processo educativo.

Professor - estudante - saber - tecnologias estão conectados continuamente. Dessa forma, esta exposição tem como proposta refletir e debater o mundo real por dentro da educação pública e seus possíveis avatares, sem a preocupação da pressa para chegarmos a uma conclusão apocalíptica.

* **Jane Patrícia Haddad** - mestre em Educação, com formação em Pedagogia e Psicanálise. Autora de diversos livros.

Educação do futuro: aprendizagens criativas, robótica com sucata na escola pública

* **Tatiana Pita**

O século XXI chegou trazendo mudanças na forma de nos comunicarmos, de produzirmos conteúdos, de nos relacionarmos, de trabalharmos. As pessoas vivem conectadas, se comunicam o tempo todo pelas redes, recebem uma infinidade de notícias e informações. Sem perceber começamos a "morar no mundo real" e no "mundo virtual".

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017) descreve a presença da tecnologia na sala de aula como o caminho para o seu fazer de modo consciente e ético.

Com o objetivo de atingirmos as metas com a tecnologia em sala, a mudança deve partir primeiro da nossa postura como docentes. Por sermos imigrantes digitais, acabamos por viver toda esta transformação cultural que a tecnologia trouxe com o novo século de modo mais relutante e, por vezes, com dificuldade de compreensão de como a nossa vida e as formas de aprender e interagir com o mundo mudaram.

Os alunos devem ser convidados a resolverem desafios e situações-problema por meio de criação, uso de tecnologia, inovação, conceitos e processos adquiridos por meio dos componentes curriculares, para que estejam preparados para o que enfrentarão em suas vidas. Devem saber planejar, estabelecer metas, empreender, elaborar planilhas de custos, analisar variáveis, trabalhar em equipe, pensar a curto, médio e longo prazos. Devem ser protagonistas de seu processo de aprendizagem.

Não é preciso grandes recursos para montarmos um laboratório de criação em nossas escolas. Há muito material gratuito de formação e de criação na rede e as sucatas podem ser nossa matéria prima.

O que não pode ser ignorado é que a ideia de usarmos a tecnologia e a robótica em nossas aulas não é para que todos façam o mesmo objeto ou para apenas conseguirmos fazer um carrinho andar. É muito mais do que isso: é para fazer dos nossos alunos sujeitos capazes de solucionar situações-problema, de buscarem o novo, de utilizarem o conhecimento adquirido em inovação sustentável, que respeite o meio ambiente e as outras pessoas.

* **Tatiana Pita** - pedagoga pela Universidade Presbiteriana Mackenzie com especialização em Psicopedagogia pelo Unip, mestre em Educação pelo programa História, Política e Sociedade, da PUC-SP. Produz material didático e artigos para editoras.

* **Gislaine Batista Munhoz**

A aprendizagem criativa tem ganhado relevância nos últimos tempos e vem se materializando nas escolas de todo país como uma abordagem que fomenta uma série de experiências cheias de significado, que permitem às crianças e adolescentes exercer em plenitude uma série de saberes que em outras situações de aprendizagens não seriam evidenciadas.

Dentre essas experiências a robótica com sucata tem se apresentado como uma atividade desenvolvida em muitas escolas públicas, que incentiva o protagonismo, a autoria e a criação de soluções viáveis para problemas cotidianos e da comunidade, tornando os estudantes participantes ativos, conscientes e atuantes sobre os problemas do seu entorno.

A aprendizagem criativa, em seus princípios mais caros, os 4 Ps (pares, pensar brincando, paixão, projetos), se explicita num imaginar, criar e fazer significativo, no qual a criatividade se expressa nos processos colaborativos e de invenção.

Nesse sentido, as atividades e as práticas que incentivam a criação, o mão na massa, o aprender fazendo, a experimentação e, conseqüentemente, a ressignificação de saberes – dentre elas a robótica com sucata –, permitem que com recursos de baixo custo e com materiais não estruturados e até mesmo não convencionais sejam construídas outras relações e relações mais criativas e emancipatórias com o conhecimento. Como Mitchel Resnick que, ao revisitar o pensamento de Seymour Papert, nos convida a observar a relação e intencionalidades que se estabelecem nessas atividades, afirmando que elas precisam ter "chão baixo, para que todos possam acessar, "teto alto" para que projetos com níveis de complexidade maior possam ser desenvolvidos, mas também paredes largas, ou seja, a possibilidade de diferentes caminhos para a resolução de diferentes desafios.

Nessa perspectiva ampla e inovadora, a robótica com sucata, proposta no contexto da aprendizagem criativa, é uma iniciativa que permite empoderar meninos e meninas, os incentivando a serem protagonistas e autores de suas criações, construindo eles mesmos soluções para um futuro melhor, não somente para a educação, mas para o planeta como um todo, que sejam mais acessíveis e igualitárias!

* **Gislaine Batista Munhoz** - coordenadora pedagógica na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, mestre em Educação Feusp, designer instrucional; foi gestora de TPA, onde coordenou a implantação do Projeto de Robótica Criativa. É fellowship de aprendizagem criativa e microsoft's innovative educator expert.

Ensino a distância e a precarização do magistério

* **Ana Ruth Starepravo**

O discurso de defesa do ensino a distância na educação básica, que ganha força no contexto político brasileiro atual se pauta essencialmente na premissa de diminuição de custos com a educação em nosso país. Embora no discurso oficial nossas políticas educacionais sejam inspiradas por países como o Japão, Taiwan ou Coreia do Sul, nos quais a educação teve papel chave no desenvolvimento econômico e social, tais países não adotam a educação a distância como política educacional. Pelo contrário, os países com melhores resultados nas avaliações internacionais se apoiam no modelo presencial. Nesses países fica evidente que educação não se associa com gasto, mas com investimento.

A ampliação do tempo que um estudante permanece na escola visa uma formação mais integral, que abrange as esferas cognitiva, social, física e emocional. Valoriza-se não apenas conteúdos presentes nas grades curriculares, mas também os que emergem das relações sociais, na própria escola ou na comunidade local.

Nessa perspectiva é necessário repensar a importância da formação docente. Precisamos de profissionais com formação técnica? Sem dúvida. Um professor que não compreende como uma criança se apropria do sistema de numeração decimal, por exemplo, e que influencia a interação com esse sistema no contexto social exerce em sua aprendizagem, provavelmente terá pouco êxito ao ensinar, se valendo de métodos limitados. Organização linear do ensino, ênfase no trabalho com classes e ordens dos números e pouco ou nenhum espaço para a elaboração dos estudantes decorrem, em geral, de uma formação docente precária.

Precisamos preparar melhor nossos professores, compreender que o espaço de atuação docente não se dá apenas na esfera cognitiva, mas também social e emocional. É necessário que a formação docente seja ampla e o prepare para criar relacionamentos sólidos com os estudantes, baseados na compreensão das diferenças e limites de cada um. E como aprende isso? Certamente, na convivência e não no isolamento. Quando os cursos de formação docente se realizam, a maioria no espaço da EaD, perdemos muito da riqueza que as interações podem proporcionar.

Se a intenção é "baratear" essa formação, já saímos perdendo, na contramão dos países que investem na formação docente, porque compreendem a sua importância para o desenvolvimento do país. Aí resta nos perguntar: qual é o país que queremos?

* **Ana Ruth Starepravo** - doutora em Educação pela USP. Mestre em Educação e licenciada em Pedagogia pela UFPR. Autora de materiais didáticos e livros de formação docente na área de Matemática. Professora em cursos de pós-graduação em Psicopedagogia na PUCPR e na Universidade Positivo. É assessora e consultora educacional.

A formação do professor para a educação básica nos cursos presenciais e a distância: uma reflexão necessária e urgente

* Elaine Gomes Viacek Oliani

Tendo como pano de fundo as deficiências do sistema escolar brasileiro que, segundo dados de avaliações internacionais (PISA, 2015), está situado em um padrão de qualidade muito inferior ao mínimo desejável, o presente artigo tem por tema a formação de professores de Língua Portuguesa e línguas estrangeiras para a educação básica das escolas brasileiras.

Atualmente, a realidade dos cursos de licenciatura – cursos estes formadores de professores – apresenta um crescimento significativo na modalidade a distância no Brasil. Esta categoria tem se multiplicado de forma bastante acelerada, o que instiga a discussão com relação ao seu regimento e controle. É necessário, portanto, refletir se a proposta de educação a distância irá cumprir de forma adequada os requisitos básicos de formação do profissional licenciado, no que concerne ao seu desenvolvimento intelectual e sua postura crítica e reflexiva como um educador de crianças e adolescentes no ensino fundamental.

No tocante aos impactos da 4^a revolução industrial no panorama educacional, exige-se, atualmente, que o educador esteja atento e sensível a toda demanda que a realidade lhe apresenta, uma vez que trabalha com grupos heterogêneos que requerem respostas a suas próprias necessidades. Para uma educação básica de qualidade, almeja-se uma formação geral do educador, seu preparo para o uso de tecnologia, o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas e operativas e a formação para o exercício da cidadania crítica e ética (FREIRE, 2014).

A formação de futuros professores nos cursos de licenciatura, independentemente da modalidade, deve ter em vista que não basta apenas que seus estudantes apresentem amplo domínio do conteúdo a serem trabalhados em sala de aula. É necessário, também, que os licenciados sejam capazes de compreender o ser humano como uma unidade dentro da diversidade e, portanto, devem estar preparados para cumprir com sua missão ética e seu compromisso profissional (MORIN, 2000).

O professor que se gradua e tem consciência de seu ofício é capaz de ver a educação como um meio de integração, tolerância e muito respeito.

* **Elaine Gomes Viacek Oliani** - doutoranda (bolsista-Capes) em Letras na Universidade Presbiteriana Mackenzie, mestre em Letras pela UPM. Tem experiência nas áreas de Letras, Língua, Literatura e formação de professores de Língua Portuguesa e língua estrangeira.

Lutas e conquistas das mulheres ao longo da história: avanços e retrocessos

* **Bianca Santana**

Nzinga, nascida em 1582, no Ndongo, Angola, foi guerreira, rainha e por mais de 40 anos barrou o colonialismo português. Esperança Garcia foi uma mulher negra, africana, escravizada no Brasil, no século XVIII. Em 1770, redigiu, de próprio punho, um documento de denúncia da escravidão e de reivindicação por direitos. Refutando o projeto colonial, resistiu à naturalização de sua condição de escravizada e endereçou seu manifesto ao então governador do Piauí, ao norte do Brasil.

Sojourner Truth, nascida escravizada nos Estados Unidos, ainda no século XVI, fez um discurso na Convenção de Mulheres perguntando: "E eu não sou uma mulher?" Antonieta de Barros, nascida em 1901, foi a primeira deputada estadual negra do país, no Estado de Santa Catarina. A história dessas mulheres mostra que nossos passos vêm de longe e que as lutas e conquistas das mulheres negras não são um fenômeno do nosso tempo. Muito menos passageiro.

Apesar das conquistas, as mulheres negras ainda ocupam a base da pirâmide social brasileira. São as que recebem os menores salários, com cerca de 40% do que ganham os homens brancos; as mais vulneráveis ao desemprego, com 13,3% de mulheres negras desocupadas; as mais expostas ao analfabetismo, com cerca de 10,2% das mulheres negras com mais de 15 anos de idade que não são alfabetizadas; as maiores vítimas de homicídio, em que proporcionalmente, são assassinadas 66,7% mais meninas e mulheres negras do que brancas no Brasil.

Como nos explicou Lélia Gonzalez, em 1979: "No período pós-abolição, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isto significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares".

As mulheres negras, portanto, vivenciam o racismo estrutural e as discriminações raciais cotidianas, que atualizam o que foi o passado escravocrata. E, além da opressão racial, sofrem também as discriminações de gênero. Nas palavras de Sueli Carneiro, uma verdadeira experiência de "asfixia social".

* **Bianca Santana** - autora de "Quando me descobri negra", doutoranda em Ciência da Informação e mestra em Educação pela Feusp. Pesquisa a memória e a escrita de mulheres negras. É jornalista e colunista da revista Cult.

Ética e as redes sociais

Fake news, tecnopolíticas e vigilância tecnológica

* **Paulo Rota**

As novas tecnologias de informação, comunicação e redes sociais têm alterado a experiência e a partilha do sensível. Desde que a internet se tornou um ingrediente onipresente em nossas vidas, interação e conexão passaram a assumir o papel principal em todas as cenas. As redes sociais digitais nasceram com o propósito de conectar pessoas. No entanto, o que temos visto é também a disseminação do medo e do ódio, sobretudo pela proliferação de *fake news*. Notícias falsas sempre existiram na história. Há diversos tipos de *fake news*, entre as quais as deliberadamente falsas até mensagens muito enganadoras, mas não necessariamente falsas. Muitas das *fake news* que circulam pela Internet são criadas intencionalmente para criar confusão e desinformação. Estamos no território das pós-verdades, onde a verdade depende da crença e tem forte apelo emocional. Mas, afinal, por que essa proliferação gigantesca de notícias falsas e de pós-verdades?

Estamos submetidos às tecnopolíticas da vigilância tecnológica, mas, em que consistem essas novas categorias? Quais os diversos aspectos de uma vigilância distribuída por redes sociais digitais que tecem continuamente procedimentos de segurança, vigilância e controle e também processos de natureza subjetiva, afetiva e estética?

Como negociamos nossas vidas com os objetos sociotécnicos? Os algoritmos são mediadores de nossa experiência atencional: perceptiva, cognitiva, afetiva, urbana etc. Corporações e Estados monitoram os dados de nossas pegadas digitais, de grande valor político e econômico. Por outro lado, outras ações disputam sentidos diversos com essas mesmas tecnologias, pois há diferentes formas de contravigilância, sejam elas de natureza política, cultural ou artística, que criam brechas na busca contemporânea por visibilidade.

Como nos preservar e combater as *fake news*? Como situar a ética diante destes novos cenários? E quanto à roboética? Nesse contexto de desinformação, a segurança informacional e a democracia estão ameaçadas. Como preservar os valores democráticos, os direitos e o respeito às diferenças? E estão a caminho as *deep news*, ainda mais perigosas.

* **Paulo Rota** - bacharel e licenciado em História (PUC- SP), mestre em Tecnologia e Educação no Tecnologias da Inteligência e Design Digital (TIDD) - PUC-SP, consultor de Currículo e Educação Integral de Secretarias de Educação e organizações da sociedade civil.

Por uma convivência respeitosa

* **Terezinha Azerêdo Rios**

Como viver sem conviver na praça de convites?

Essa é uma indagação que nos traz Carlos Drummond de Andrade em um de seus belos poemas, "Mineração do outro". O poeta nos remete a algo que é constituinte da vida humana. Com efeito, viver, para os seres humanos, implica sempre em conviver. Ninguém é humano sozinho - nós nos constituímos como humanos num contexto social, na interação, no estabelecimento de relações uns com os outros.

A convivência ganha formas distintas ao longo do tempo e em sociedades diferentes. Os meios utilizados para a comunicação se transformam historicamente. O avanço da tecnologia vai colocando a nosso dispor instrumentos mais elaborados para a comunicação. Hoje, muitos não concebem conviver sem o recurso a alguns desses instrumentos, especialmente aqueles que alimentam as redes sociais.

O relacionamento nessas redes se caracteriza pela rapidez com que se pode acessá-las, pela possibilidade de contato quase simultâneo com grande número de pessoas e pela difusão e compartilhamento de informações, opiniões, ideias, sentimentos e valores. Entretanto, ao mesmo tempo em que podem favorecer a convivência, as redes podem trazer o risco de prejudicá-la, de criar entaves a um relacionamento sadio e criador. Por isso, há necessidade de estarmos atentos para a forma como os indivíduos se dispõem a fazer uso delas.

O olhar crítico da ética vai problematizar os valores que orientam a convivência, tanto no contexto real quanto no espaço virtual. Conviver implica, antes de qualquer coisa, se guiar pelo respeito, que é o princípio nuclear da ética. Respeitar é reconhecer a existência do outro, diferente de nós em sua forma de viver e pensar, mas igual a nós no direito de expressá-la. A consideração da alteridade, a empatia, o acolhimento, o cuidado, são, portanto, os fundamentos de uma convivência sadia, democrática que, repudiando a mentira e a violência, se dispõe a colaborar na construção do bem comum, da felicidade.

* **Terezinha Azerêdo Rios** - graduada em Filosofia pela UFMG, mestre em Filosofia da Educação pela PUC-SP, doutora em Educação pela USP, pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Educadores (Gepefe) da Feusp.

Inteligência artificial

* **Rodrigo Assiratti Dias**

Apesar ser uma área com mais de sessenta anos de estudos, a inteligência artificial ganhou impulso e seu desenvolvimento recente se apoiou no grande poder computacional hoje disponível, assim como sua relevância atual se apoiou na abundância de dados gerados em nosso mundo cada vez mais digital. Formada por um conjunto de técnicas e tecnologias de diferentes disciplinas, que vão desde a Matemática até a Neurociência, a IA tem se espalhado por muitos setores da sociedade e impactado de maneira significativa diversas áreas do conhecimento, como o Direito, a Medicina e o comércio de bens e serviços.

Independentemente do que se entende sobre o papel da escola e da educação, formaremos alunos que conviverão em um mundo cercado por algoritmos que utilizam nossos dados (os quais nem sempre temos clareza de que cedemos) para tomar decisões que vão desde qual conteúdo consumiremos até o quanto vamos pagar por um seguro de saúde, por exemplo. Nesse cenário, cabe a nós, educadores, trazer a reflexão sobre a IA para dentro da sala de aula, com o objetivo de que os nossos alunos compreendam os impactos da IA na sociedade, em seu projeto de vida e sejam capazes saber utilizá-la de forma planejada e consciente, maximizando seus benefícios e mitigando seus danos.

No que diz respeito ao impacto na prática docente, futurólogos mais conservadores preveem que a IA assumirá apenas as tarefas administrativas dos professores, enquanto outros mais ousados preveem que ela substituirá o papel dos professores em sala de aula.

Esse debate, porém, não é mais sobre o futuro, dado que *chatbots* já são utilizados hoje como tutores virtuais em ambientes virtuais de aprendizagem e dados de desempenho educacional de alunos são usados para prever resultados individuais e o desempenho da escola em avaliações externas. Porém, assim como toda nova tecnologia, cabe a nós, educadores, guiar o seu desenvolvimento e uso na educação, fazendo com que ela seja utilizada para melhorar o ensino e a aprendizagem, sendo vantajosa para o professor e o aluno.

* **Rodrigo Assiratti Dias** - mestre em Ciência da Computação pela USP, bacharel e licenciado em Computação. É professor do Colégio Dante Alighieri e do Centro Universitário Senac. Docente desde 2005, atuou principalmente na área de Tecnologia Educacional como coordenador e professor em escolas particulares de São Paulo.

Espectro autista: do diagnóstico à intervenção

* **Eugênio Cunha**

Os movimentos para a inclusão da pessoa com transtorno do espectro autista ganharam ênfase nos últimos anos em consequência das ações pelos direitos sociais e das reivindicações de grupos até então excluídos dos espaços escolares. A luta pela ampliação do acesso à escola e pela qualidade da educação especial culminou com a proposta de educação inclusiva, hoje amparada e promovida pela legislação em vigor.

No entanto, esse não tem sido um processo fácil. Professores se sentem sobrecarregados, em decorrência das novas funções que lhes são atribuídas pelas políticas de universalização do ensino. Demandas familiares são transferidas cotidianamente para a sala de aula. Além disso, há notórios problemas na formação docente, mesmo para o trabalho com alunos neurotípicos. Decerto, esses aspectos se intensificam com alunos da educação especial, trazendo dificuldades no exercício das práticas docentes.

Os sistemas de ensino se encontram diante das demandas da sociedade contemporânea. Sem dúvida, sobre os professores recaem as maiores exigências. Esses, inegavelmente, necessitam de maior apoio dos governos, como forma de viabilização das políticas educacionais. As reformas ocorridas nas políticas de educação no Brasil nos últimos anos deram incontestável ênfase ao exercício docente no que tange à formação e às práticas de ensino, na perspectiva de uma educação inclusiva e para a diversidade.

As instituições educacionais e a sociedade precisam entender que a inteligência é da natureza humana. Trata-se de uma indelével condição biológica. Ninguém está destituído desse especial atributo. Além disso, é necessário ressaltar que qualquer esforço será de pouco efeito se não estabelecer vínculos com situações concretas da escola. Vínculos, principalmente com a condição discente. Educar é construir um percurso pedagógico, em que, primeiramente, aprendemos e depois ensinamos. Educar o aprendente com autismo é estabelecer uma relação dialógica, que pressupõe um jeito diferente de aprender e de ensinar.

* **Eugênio Cunha** - doutor em Educação, pedagogo, psicopedagogo e professor da educação básica e do ensino superior. Autor dos livros "Afeto e aprendizagem", "Autismo e inclusão", "Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade" e "Autismo na escola".

*** Nathália Barudi Lopes Iak**

**** Renata Cristina Abreu Dobbns**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), também conhecido como Transtorno Global do Desenvolvimento, ocorre na primeira infância, englobando diferentes condições marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico e sendo caracterizado por uma tríade: prejuízo na comunicação social e comportamentos estereotipados. Sendo assim, alguns sintomas podem ser observados na criança como a ausência de reação ao ser chamado pelo nome, brincadeiras disfuncionais, andar na ponta dos pés, comportamentos estereotipados, seletividade alimentar, tendência a criar rotinas, ecolalias, sensibilidade auditiva, visual e tátil.

Não se sabe ao certo, porém, relação genética, meio em que se vive, idade dos pais, uso de medicamentos e infecções durante a gravidez são hipóteses de possíveis causas para que a criança venha a nascer com autismo. E esse diagnóstico é feito por meio da observação clínica, conversa com os responsáveis, cuidadores e educadores.

Para que a inclusão no ambiente escolar seja realizada de maneira efetiva, materiais devem ser adaptados para que a criança com TEA esteja totalmente inserida no grupo. Apoios visuais para organizar a rotina de atividades são bem-vindos objetivando facilitar o dia a dia

Atividades também podem ser adaptadas para que seja estimulada a coordenação motora fina, atenção, memória, sensibilidade, além da descoberta de habilidades e potencialidades. Atividades sensoriais que trabalhem a percepção e sensibilidades dos cinco sentidos devem ser trabalhadas diariamente, assim a compreensão da criança autista se tornará mais aguçada, facilitando o trabalho conjunto entre aluno e professor.

O uso de materiais concretos facilita a aprendizagem do aluno com autismo, pois este pode visualizar melhor um conceito de Matemática, por exemplo.

** **Nathália Barudi Lopes Iak** - graduada em Terapia Ocupacional pela Universidade São Camilo, pós-graduanda em Dança e Expressão Corporal para Idosos, Deficiência Intelectual e Física pela Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Atuou em CAPS - infantojuvenil, com atendimento a crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista, e no Centro Terapêutico Educacional Lumi, atendendo crianças, adolescentes e adultos com TEA, utilizando Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits Relacionados com a Comunicação (TEACCH). Atualmente, atua como terapeuta ocupacional no Projeto de Integração Pró-Autista (Pipa).*

*** **Renata Cristina Abreu Dobbns** - graduada em Psicologia pela Universidade Cruzeiro do Sul, pós-graduanda em Análise do Comportamento Aplicada para Autismo e Deficiência Intelectual; especialista em Terapia de Vida Diária (TVD) com acompanhamento e treinamento na escola originária no Japão (Musashino Higashi Gakuen); experiência em inclusão escolar pelo Colégio da Polícia Militar e atendimento clínico em consultório. Atualmente, atua como psicóloga e responsável técnica no Projeto de Integração Pró-Autista (Pipa).*

Neurociências e o desenvolvimento cognitivo e motor na educação infantil

* **Adriana Fóz**

Atualmente, a neurociência, por meio de pesquisas robustas, tem contribuído mais fortemente para o entendimento de processos cognitivos e motores no desenvolvimento infantil.

Foram vários os cientistas e estudiosos da psicologia cognitiva, do neurodesenvolvimento, bem como das áreas da fisioterapia, psicologia, neurologia, biologia e pedagogia que vêm ao longo das últimas décadas estudando as bases neurais da aprendizagem, por meio do conhecimento da maturação de circuitarias e processos neurobiológicos em prol da aprendizagem, os quais são corroborados e acrescidos pela ciência de ponta do século XXI.

É evidente a correlação de tais processos, desde a fase embrionária, quando a neurociência das emoções passou também a apresentar as conexões entre as habilidades de autocontrole emocional com as atividades de percepção e coordenação motora. Estímulos, tempo e condições apropriadas são cruciais para o equilíbrio de funções neurocognitivas e neuropsicológicas.

Mas como entender e promover o desenvolvimento integrativo em uma realidade social e educacional em que a velocidade é sinônimo de eficiência, o imediatismo é imperativo e o prazer parece estar em um click? Antes, a criança andava a partir dos dois anos de idade; hoje, muitas o fazem antes de um ano e meio. A infância vem sendo encurtada.

A maturação dos processos físicos e psicológicos tem uma ordem relativa própria da nossa espécie. Mas como será esta relação para as próximas gerações? Será que digitar irá substituir treinos motores que foram realizados pela espécie humana por milhares de anos? E ainda, será que as habilidades para a empatia ou para o raciocínio operatório na primeira infância serão mais ou menos eficientes?

A pressa, a intolerância, as exigências de uma sociedade e cultura podem trazer desafios e dificuldades para as condições promotoras do desenvolvimento infantil.

É preciso que se discuta e sejam apontados caminhos efetivos para a educação e saúde integral da infância de hoje.

** **Adriana Fóz** - mestre em Ciências da Psiquiatria e Psicologia pela Unifesp, especialista em Neuropsicologia pela Unifesp e em Psicopedagogia. Pedagoga pela USP. Pesquisadora do Linc, palestrante e autora dos livros "Frustração" e "A cura do cérebro".*

Impacto social da conectividade

* **Cassiano Zeferino de Carvalho Neto**

Por um longo tempo na educação o conhecimento era visto como aquilo que podia ser transferido diretamente do professor para o aprendiz. E houve tempo em que o saber ilustrado podia ser adquirido em livros e numa enciclopédia impressa. Depois, chegou a era em que o conhecimento padronizado era compartilhado pelo discurso verbal, as apostilas e uso da lousa pelo professor. Mas, enfim, chegou o dia em que praticamente todo o conhecimento produzido pela humanidade passou a ser compartilhado na Internet. Depois desse dia tudo mudou e o conhecimento se tornou conectivo.

Como lidar com crianças e jovens nativos digitais que apresentam uma performance cerebral diferente das gerações anteriores? Como funcionam esses cérebros? Hoje se sabe que em processos de aprendizagem humana a emoção gerencia a cognição, operando de forma inseparável. Além disso, humanos produzem e socializam conhecimento ao lidar direta e ativamente com a resolução de problemas contextualizados.

Interagir consigo mesmo e com o outro, realizar trilhas afetivas de aprendizagem proporcionadas por metodologias vivenciais envolventes e socializar o processo de produção de conhecimento são elementos-chave para a promoção de um desenvolvimento humano amplo, profundo e sadio. Eis uma resposta ao problema fundamental da educação e da aprendizagem: como as pessoas aprendem?

Se os desafios são grandes, as oportunidades podem ser ainda maiores, mas é preciso saber compreender a sociedade 5.0 e como ela está transformando profunda e rapidamente o perfil sociocultural e econômico mundial, e o Brasil não está fora desta mudança exponencial e disruptiva. Nesta perspectiva, como a 4ª revolução industrial pode ser aliada em uma educação de alta performance?

Atualmente, já contamos com um referencial teórico-tecnológico para sustentar os processos de inovação nas escolas de educação básica e superior, a educação 4.0. E é sobre isso, com ênfase nos impactos sociais, que a conectividade nos traz e trará, que dialogaremos em nosso encontro.

Faço um convite para criarmos juntos a nova história da educação brasileira.

* **Cassiano Zeferino de Carvalho Neto** - pós-doutorado em Inovação em Engenharia e Educação Digital pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC), mestre em Educação Científica e Tecnológica (UFSC) e licenciado em Pedagogia e Física (PUC-SP).

A importância de diversas representações étnicas no desenvolvimento das crianças e jovens

Três movimentos na luta antirracismo

* **Paulo Edison de Oliveira**

Para refletirmos sobre o racismo que assola a sala de aula no Brasil podemos fazer três movimentos etno-históricos. O primeiro compreende que o racismo possui sua origem no que Michel Foucault nomeou de racismo de Estado e que Achille Mbembe interpreta como a luta de raça, que deu origem aos Estados nacionais e ao sistema capitalista. O segundo, o racismo estrutural, que constitui a formação histórica, cultural, política e econômica da sociedade brasileira, que revelou durante todo o século XX o genocídio da população negra e expropriou o conhecimento dos povos afro-brasileiros. E o terceiro se refere à violência psíquica do racismo, que subtrai dos afro-brasileiros a possibilidade de construção de uma identidade do sujeito negro. Para evitar sofrimento, já que, segundo Freud, somos regidos pelo princípio do prazer, o ego do indivíduo negro realiza na sua psique um mecanismo de defesa que tenta reprimir o corpo negro. Este fenômeno inconsciente, ao projetar esta negação, acaba aniquilando sua existência ou ideia de futuro do ser negro, causando uma psicose ou pulsão de morte de autossabotagem.

As alternativas para enfrentarmos o racismo do mundo contemporâneo são: a luta social na constituição de políticas públicas de combate ao racismo estrutural e de estado, a produção acadêmica de uma razão negra que possibilite ao sujeito negro ser autor de sua história ancestral, seu logos e sua psique; e a elaboração de práticas educativas que problematizem a reprodução do racismo e o acompanhamento psicanalítico dos afro-brasileiros, em especial as crianças negras.

O trabalho dos educadores deve possibilitar a conscientização das crianças brancas para não reproduzirem o racismo e compreenderem, num exercício de alteridade, a dor do preconceito de raça e, ao mesmo tempo, trabalhar com as crianças negras a compreensão de que historicamente seus ancestrais foram oprimidos, mas resistiram e lutaram para que elas pudessem ter direitos.

* **Paulo Edison de Oliveira** - ativista do antirracismo, doutorando em Antropologia e pesquisador do grupo de pesquisa *Relações Raciais: Memória, Identidade e Imaginário* (PUC-SP).

O desmonte das políticas públicas em tempos de liberalismo econômico e conservadorismo

* **Nilson José Machado**

Em diagnóstico sumário, a educação brasileira padece, há décadas, de três males aparentemente concertados, que clamam por uma reflexão radical, que conduza a um efetivo conserto. São eles:

- o excesso de avaliações formais, cujo único efeito palpável é a produção de manchetes espalhafatosas, não conduzindo a ações educacionais remediadoras;
- a superestimação de planejamentos formais, que apenas estabelecem metas quantitativas de aparência arbitrária, sem um objetivo educacional devidamente prefigurado;
- a ausência de um projeto educacional efetivo para o país, que convive há décadas com o imediatismo de projetos mais restritos, de governos ou de governantes, e com uma gestão quase que inteiramente voltada para questões financeiras.

Avaliações são certamente necessárias, mas elas constituem meios para o desenvolvimento do planejamento, para a formulação de eventuais ações corretivas dos rumos da política educacional do país; quando elas se tornam um fim em si mesmas, o processo de avaliação se torna medíocre.

Já o planejamento constitui a etapa de operacionalização de um projeto quando os fins educacionais maiores e os valores que os sustentam não se encontram suficientemente explicitados, é inevitável que os planejamentos, em seus diversos níveis – nacional, estaduais e municipais – não ultrapassem a função de mero formalismo.

Quanto aos projetos educacionais, sua presença na escola não costuma ultrapassar o âmbito dos projetos político-pedagógicos (PPPs). Sem um projeto educacional do Estado brasileiro, que transcenda as idiossincrasias de governos ou de governantes, os PPPs também não podem ultrapassar a condição de mero formalismo.

Construir um projeto educacional para o país é a tarefa urgente, que não pode dispensar a parceria entre os diversos níveis de ensino, nem a colaboração entre os setores público e privado. Uma pré-condição para tal projeto é a explicitação clara de uma concepção de conhecimento, que não se limite à ideia de mercadoria em sentido industrial, e que ponha em relevo o significado do que se estuda em termos de valores humanos.

* **Nilson José Machado** - professor titular sênior da Faculdade de Educação da USP, autor de diversos livros, entre eles "Educação - autoridade, competência e qualidade", "Educação - cidadania, projetos e valores" e "Integração de saberes".

A educação em crise: reagir para além do desmonte das políticas públicas

* **José Alves de Freitas Neto**

Os fungos que se espraiam sobre a superfície nem sempre são visíveis, mas são devastadores. A imagem construída por Hannah Arendt (1906-1975) é pertinente para os dias que correm no Brasil. A "banalidade do mal", exposta em Eichmann em Jerusalém (1963), é próxima das pessoas e suas lógicas insensatas e cúmplices diante de uma catástrofe que se anuncia. A sociedade brasileira assiste a um caótico projeto de poder que escolheu a educação pública como um de seus alvos principais. Os reiterados cortes de recursos, por si só malévolos sob a perspectiva do planejamento e expansão da educação, são acompanhados de ataques à atuação de educadores(as) e à condenação a referenciais teóricos consolidados na área do ensino.

O conservadorismo que se espraia e impacta as políticas públicas nas áreas da educação e da cultura é a prova cabal de que uma educação reflexiva, questionadora e transformadora não é desejada pelos detentores do poder. Temas complexos passam a ser debatidos de forma medíocre e superficial, sem conhecer os efetivos problemas e desafios da educação nacional. A banalidade dos procedimentos expressa a interrupção de um longo e lento processo de liberdades e direitos construídos após a Constituição de 1988.

Ao deturpar regras, estimular o obscurantismo e ignorar as dinâmicas da realidade escolar – complexa, contraditória, desigual e polifônica – o desmonte em curso se apresenta com uma capa moralizante de salvaguarda da sociedade e dos bons costumes. A interferência governamental nas estratégias e autonomias dos diferentes níveis de ensino revela uma estratégia autoritária e intimidatória que coíbe a ação de dirigentes, docentes e estudantes. Toda escola, como microcosmo da sociedade, expressa um amplo espectro ideológico, pedagógico, político, didático, científico, artístico e cultural que, no autoritarismo revigorado dos nossos dias, parece ser um mal a ser combatido.

A proposta da comunicação é refletir como a luta contra o desmonte das políticas públicas envolve um quadro mais complexo sobre a educação e o caráter emancipatório do ato de educar.

* **José Alves de Freitas Neto** - professor livre-docente do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, graduado em Filosofia pela Universidade São Francisco, mestre em Filosofia pela PUC-SP, doutor em História Social pela USP e pós-doutor pelo Institute of Latin American Studies (ILAS) na Columbia University (EUA). É docente na Unicamp e orientador de trabalhos de iniciação científica.

O futuro das profissões

* **Djenane Rocha**

Velocidade, tecnologia, aprendizado para o resto da vida. Se me pedissem para escolher o que mais chama a atenção na realidade atual que o ser humano enfrenta, escolheria essas três variáveis. Elas estão norteando os anseios e desafios dos profissionais do século 21 e promovendo as ações no hoje para a construção do amanhã.

Todos fazemos parte deste cenário. Estudantes, educadores, profissionais do primeiro, segundo e terceiro setores estão no caminho das transformações que estão efervescendo no mundo. Ou ajudaremos a construir o futuro que desejamos, ou receberemos este futuro pronto daqueles que aceitarem o desafio de serem os protagonistas do processo. A escolha é de cada um, mas o resultado será para todos nós.

Nossos desenhos de carreira e de vida não são mais lineares, mas um ziguezague de emoções e aprendizados. Educadores que somos, precisamos cada vez mais fazer perguntas: Como promover a abundância na escassez? Como estimular a curiosidade como ferramenta principal do futuro profissional? Como facilitar o processo de aprendizado no lugar apenas do papel tradicional de "passar conteúdo"?

Tem sido cada vez mais frequente instituições como o Fórum Econômico Mundial (WEF) atualizarem publicações sobre as habilidades requeridas para os profissionais do hoje e do futuro. Cada vez mais aquilo que é previsível e programável poderá ser melhor executado por máquinas do que por humanos. Ao mesmo tempo, aquilo que é inerentemente humano – que são as habilidades socioemocionais – será cada vez mais valorizado, diferenciando o humano da máquina.

A cada ano as competências que precisaremos desenvolver mudarão e, neste contexto, nossa capacidade de aprender a aprender, desaprender e reaprender despontará como a maior das competências, aquela que nos tornará aprendizes para o resto da vida, continuamente relevantes para o mercado de trabalho e para aqueles que poderão se beneficiar das trocas conosco para também desenvolverem suas competências: alunos, filhos, mentorados. O futuro das atividades e profissões, tanto nossas como deles, dependerá da riqueza dessas trocas.

** **Djenane Rocha** - gerente executiva, especialista em aprendizagem corporativa na Afferolab. É mestre em Gerência de Produção pela PUC-RJ, tem MBA em Marketing Estratégico pelo IBMEC/RJ e graduação em Economia pela Ufes.*

*** José Álvaro Moisés**

A palestra vai explorar o quadro que se abre com a 4ª revolução industrial, especialmente, os efeitos da automação e do avanço da inteligência artificial sobre o emprego e as profissões.

A ideia é explorar as hipóteses que se contrapõem sobre o panorama do desemprego resultante da automação: milhões, senão bilhões de pessoas se tornarão redundantes, no sentido de que não terão emprego nem atividade e, ainda assim, terão de ser atendidas e sustentadas para ter uma vida decente? Ou, ao contrário, a exemplo do que aconteceu no passado com outros avanços tecnológicos, a automação gerará novos empregos e, de alguma forma, permitirá que as pessoas se reocupem?

O resultado desse dilema, se não for resolvido, poderá ter implicações explosivas para as sociedades de massa e desiguais como o Brasil e demais países em desenvolvimento. Uma hipótese examina a possibilidade de convulsões sociais que decorrerão de uma situação extremamente grave. Outras hipóteses alimentam a possibilidade de enfrentamento da situação pela educação, treinamento e criatividade. Será possível?

A explanação levará em conta as vantagens (em termos de custo e de eficiência) da IA em relação aos seres humanos e estimará os efeitos de seu desenvolvimento, impactos sociais e econômicos e, em especial, considerará as alternativas para o caso de se concretizar a ampliação de desemprego em massa.

Uma ideia envolve a criação de uma renda básica universal para atender às vítimas do processo de desenvolvimento tecnológico e à modernização da economia capitalista. Outra fala apenas no papel do Estado, se houver consenso a respeito, em prover as necessidades fundamentais das pessoas, sem mobilização de renda individual ou familiar.

A ideia é explorar também quais são as áreas consideradas fundamentais que exigirão o surgimento de novas profissões e empregos, especialmente, cuidados das pessoas, meio ambiente e educação.

** José Álvaro Moisés - professor titular aposentado do DCP-USP, mestre em Política e Governo pela University of Essex e doutor em Ciências Políticas pela USP. Comentarista do Jornal da Cultura e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.*

Os efeitos nefastos da terceirização na escola

Desenvolvimento e crise do capitalismo e os seus impactos nas escolhas educacionais

* **Fausto Augusto Júnior**

Para a visão neoliberal, a 'educação para todos' provida pelo Estado levou a uma crise de eficiência, eficácia e produtividade (GENTILI, 1996), desperdiçando recursos em sistemas públicos improdutivos. Na proposta neoliberal, o sistema educacional só apresentará melhorias se incorporar os mecanismos adotados nas empresas ao longo dos últimos 30 anos: flexibilização da produção, diferenciação dos produtos, obsolescência programada, introdução de tecnologia, terceirização, incentivo à meritocracia e à competitividade entre equipes, trabalhadores polivalentes e, principalmente, adequação ao mercado. Essa concepção se revela no discurso de que a escola precisa se adaptar ao interesse do aluno.

O aluno, que antes era visto como alguém a ser orientado, passa a orientar a organização escolar. Como consumidor, se entedia rapidamente e demanda da escola novas ferramentas que são vendidas como novidades educacionais. Tal qual na grande corporação capitalista, a tecnologia se apresenta como ferramenta fundamental para o aprendizado. E, juntamente com a tecnologia, chegam os programas educativos que precisam de atualização e repaginações que mantenham a atenção do aluno/consumidor.

O neoliberalismo entende a educação como mais um produto a ser vendido globalmente, o que leva à centralização do desenvolvimento dos sistemas educacionais nos países desenvolvidos e sua padronização a partir de avaliações pedagógicas globais (ex. Programme for International Student Assessment - Pisa). Esses sistemas são exportados para o mundo por meio das agências de fomento internacional (Banco Mundial/BID, OCDE) e por consultorias globais (ex. McKinsey&Company e PWC). Nessa lógica, o Estado funciona como a empresa mãe, que compra e distribui educação padronizada e controlada. Questões estruturais – como tamanho de turmas, salário ou formação de professores – não são consideradas prioritárias, apenas contingências a serem tratadas por novos e melhores sistemas e modelos educacionais.

Mais do que formar trabalhadores e consumidores, todas essas mudanças no mundo da educação objetivam formar mentes e definir valores que garantam a hegemonia do pensamento neoliberal nas mais diferentes esferas da vida que gestam o novo homem, preparando as bases de outro estágio do capitalismo.

* **Fausto Augusto Júnior** - coordenador técnico da área de Educação e Comunicação do Dieese. Mestre e doutorando pela Faculdade de Educação da USP, graduado em Ciências Sociais pela USP.

Terceirização prejudica a educação escolar

* **Heleno de Araújo Filho**

A luta dos trabalhadores(as) em educação pela qualidade social da educação para todos(as), com a valorização dos seus profissionais, necessariamente, passa por políticas de profissionalização. Conquistamos essas políticas nas leis, mas é preciso colocá-las em prática nos sistemas de ensino das três esferas de governo.

A formação inicial em licenciatura exigida aos professores(as) está ameaçada pela manobra utilizada por governos de abrir o concurso público para outros profissionais, sem licenciatura, prometendo uma complementação pedagógica após o ingresso que não acontece. A dita reforma do ensino médio promovida pelos golpistas agregou a figura do profissional com notório saber na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Tais medidas e as contratações temporárias são formas de terceirização, que burlam o concurso público, aumentam a rotatividade na sala de aula, reduzem a política de formação continuada, não estabelecem vínculos do(a) professor(a) com os(as) estudantes, causando enormes prejuízos ao processo de ensino/aprendizagem.

A Constituição Federal de 1988 determina que o ingresso no serviço público deve ser exclusivamente por meio de concurso, maneira correta para formar um quadro de pessoal permanente, para atuar nas políticas públicas. Fazer valer esta determinação constitucional é o caminho para combater a terceirização no serviço público. Precisamos defender este preceito constitucional com mais afinco.

A terceirização avança muito rápido nos serviços de apoio escolar. A segurança nas escolas, a limpeza e a alimentação escolar estão sendo terceirizadas a passos largos. Tal ação dos governos vai na contramão da profissionalização que defendemos para garantir a qualidade social da educação.

Fortalecer a escola, ampliar a organização sindical nos locais de trabalho, aperfeiçoar a nossa comunicação, mobilizar e participar das atividades nas ruas são os eixos de ações que a CNTE acredita que devemos desenvolver para enfrentar os diversos ataques contra a educação escolar e seus profissionais, entre eles, os efeitos nefastos da terceirização na escola.

* **Heleno de Araújo Filho** - professor da educação básica no Estado de Pernambuco, com licenciatura em Ciências Físicas e Biológicas. Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco.

Direitos humanos na era digital

O princípio da igualdade como fundamento dos direitos humanos

* **José Sérgio F. de Carvalho**

De suas primeiras formulações, ecoando os ideais revolucionários de 1789, às suas mais recentes pautas, a afirmação histórica dos direitos humanos fez uma longa e controversa trajetória: dos direitos e liberdades individuais aos direitos sociais; dos direitos das minorias ao direito a um mundo sustentável. Seria possível vislumbrar nesse percurso errático um princípio unificador? A questão é complexa e, evidentemente, sujeita a respostas distintas ou mesmo alternativas. Acredito, contudo, que esse princípio unificador pode ser encontrado nas reflexões de um dos grandes mestres inspiradores do movimento revolucionário francês: Montesquieu.

Em sua obra clássica “O espírito das leis”, Montesquieu atribui à educação um papel central. A ela caberá implementar e cultivar cada um dos princípios que regem os diferentes regimes de governo: na monarquia, a honra; no despotismo, o medo; e na república, o amor à igualdade. É, pois, nesse princípio que os revolucionários franceses se inspiram para a redação da primeira declaração dos Direitos Humanos da era moderna.

E é a partir dele que se pensa em sua expansão para todos os outros campos da existência humana. Assim, mais do que uma competente iniciação em saberes e conhecimentos, a educação republicana deve almejar, segundo Montesquieu, a transmissão de um afeto: o amor à igualdade. E, nos lembra o autor, que se temos o poder de transmitir nossos conhecimentos aos nossos filhos, temos o poder ainda maior de transmitir a eles nossas paixões. Dentre elas, a paixão pela igualdade, princípio afetivo que vincula cada cidadão a uma comunidade política na qual se insere como um igual e assume a responsabilidade de zelar pela igualdade.

Assim, mais do que informar aos seus alunos acerca dos conteúdos dos direitos humanos, cumpre às escolas fomentar o amor à igualdade como um princípio e uma virtude política. A esse desafio o pensamento educacional tem respondido de diferentes formas. Procuraremos analisar o compromisso escolar com a igualdade a partir de uma análise de três perspectivas que marcam o campo educativo: a igualdade de oportunidades como horizonte normativo, as pedagogias histórico-críticas e as reflexões do filósofo Jacques Rancière acerca da natureza do compromisso da escola com a igualdade.

* **José Sérgio F. de Carvalho** - professor titular de Filosofia da Educação na USP, pesquisador convidado das Universidades de Paris VII e VIII.

Cultura digital e mão na massa: investigando o modo de fazer e os ingredientes

* **Mary Grace Pereira Andrioli**

O discurso sobre a valorização do "fazer" ou "mão na massa" tem sido crescente e muito associado ao uso das tecnologias digitais e robótica no ambiente educacional. Muitas vezes é tido como alternativa ao ensino teórico, especialmente quando se trata da formação docente. Seguindo a mesma alegoria, ressalta-se aqui a importância de conhecer os ingredientes e as formas de produção, se quisermos ir além do ato mecânico de amassar o pão.

A profissão docente se defronta crescentemente com forte desvalorização e precarização. Essa situação materializada nos cortes sucessivos anunciados no orçamento e na crise política que vivemos tem reforçado um discurso que ora questiona a qualidade da formação docente como demasiada teórica e pouco prática – atribuindo a culpa especialmente às universidades públicas – ora é capaz de questionar a necessidade do professor.

Para a iniciativa privada, tal cenário possibilita atuar (ainda mais) ofertando pacotes prontos de formação inicial e continuada voltados exclusivamente às técnicas de ensino e às práticas "mão na massa" de forma aligeirada e supostamente neutra. Todo esse aparato, muitas vezes travestido de modernização, ganha espaço para atuação em redes de ensino em que educadores mal remunerados atuam como meros aplicadores de materiais didáticos (aplicativos, *softwares* ou *kits* prontos).

Muitas vezes as escolas possuem recursos tecnológicos definidos previamente e as formações se resumem ao uso de tais materiais, nem sempre adequados às necessidades específicas dos estudantes.

A vivência prática é importante? Sim. Mas deve ser aliada a uma sólida teoria de aprendizagem, em uma perspectiva investigativa, que possibilite a cada estudante e educador compreender e participar da escolha dos recursos (ou ingredientes), bem como o desenvolvimento de metodologias de forma ativa, criativa, crítica e autoral. E é possível tudo isso antes, durante e após amassar a massa, como discutiremos neste congresso.

* **Mary Grace Pereira Andrioli** - doutora e mestre em Educação pela Feusp, graduada em Pedagogia pela USP, pós-graduada em Educação a Distância (Design Instrucional para Educação on-line) pela UFJF, pesquisadora e docente no IFSP.

Robótica na educação infantil e nos anos iniciais

* **Marina Korte Ragusa**

A robótica está presente em muitos projetos pedagógicos das escolas. Mas no que de fato consiste essa abordagem? Por que a tecnologia desperta tanta admiração e causa tanta estranheza ao ser efetivamente deslocada para a sala de aula?

A palestra tratará dos objetivos da robótica na educação, como é desenvolvida dentro de algumas propostas pedagógicas e da importância desse processo acontecer em um contexto multidisciplinar, no qual os desafios reais engajam e provocam uma aprendizagem significativa e relevante.

Considerando a BNCC, trataremos sobre quais as competências que podem ser trabalhadas com essa nova perspectiva e como o conceito de Steam pode favorecer a elaboração desses projetos pedagógicos.

Um dos principais desafios que nós, educadores, enfrentamos é como promover e aceitar a inversão de papéis nesse novo modelo de aprendizagem, no qual o aluno se torna o centro do processo e o educador atua como facilitador da aprendizagem. Será proposta uma provocação sobre o papel do educador nesse novo contexto e como podemos trabalhar para desenvolver essa nova realidade na sala de aula, enfrentando tanto paradigmas profissionais como sociais.

Serão apresentadas algumas propostas pedagógicas bem-sucedidas com esse novo formato e de que forma podemos adaptá-las à realidade brasileira.

Será que realmente precisamos de todos os recursos tecnológicos para começar?

Sabendo que o material ideal para as aulas de robótica está longe do nosso alcance, é possível fazê-lo com materiais alternativos?

De que forma podemos desenvolver as novas habilidades preconizadas pela BNCC em nossos alunos, nos baseando em propostas pedagógicas mais engajadoras, criativas e menos tradicionais?

Partindo do pressuposto que o investimento financeiro em tecnologia é um limitador significativo, para a realidade do professor de escola pública, é possível iniciar projetos de robótica adaptando os materiais que temos disponíveis em nossa unidade escolar?

O objetivo da palestra é trazer de uma forma leve e contextualizada, para realidade das escolas públicas brasileiras, o universo que envolve a tecnologia dentro do ambiente escolar.

** **Marina Korte Ragusa** - tem 16 anos de experiência na área da educação, atua na transformação da sala de aula para um ambiente facilitador de aprendizagem e no mindset dos professores para os novos desafios da educação 4.0.*

Música e dança: experiências de conhecimento na educação infantil

* **Jéssica Mami Makino**

"O conhecimento tem sempre início necessariamente nos sentidos (pois nada há no intelecto que não tenha passado antes pelos sentidos)" (COMENIUS, 2002, p. 233). Essa afirmação consta na publicação de Jan Comenius, *Didática Magna*, de 1649. Esse texto marca um modo revolucionário de compreender a criança e sua educação, considerando que os pequenos são dotados de intelecto e sensibilidade. A partir dessa afirmação, gostaria de apresentar como a relação entre música e movimento é estreita e indissociável. E, a partir dessa relação, gostaria, também, de defender a importância de se investir nesse conteúdo nos currículos de educação infantil.

A dança e a música são linguagens artísticas irmãs gêmeas, como dizia Johan Huizinga (2000, p.183). A respeito disso, os primeiros educadores musicais, tidos como os pais dos métodos ativos do século XX, perceberam a importância do trabalho com o movimento corporal como base para o ensino de música. Dentre eles, destaco a experiência de Émile Jaques-Dalcroze, cujos estudantes de dança demonstravam escutar obras musicais com mais proficiência do que seus próprios estudantes de música. Décadas depois, Edwin Gordon (2000), ensina que os bebês balbuciam musicalmente assim como seus pequenos corpos experimentam movimentos investigativos. Paralelamente, outros estudiosos seguem descobrindo novas formas manifestas pelas crianças, de relacionar música e movimento.

Dentre os relatos de experiência de docentes de música e dança e das pesquisas em educação infantil, percebe-se que, para as crianças pequenas, o aprendizado de música aconteceria como o descrito por Jan Comenius no século XVII: a partir da experiência sensorial, do sentir e fazer música com todo o corpo, experimentando, experienciando e saboreando o prazer de se movimentar. Por meio do olhar de Johan Huizinga, é possível dizer que o trabalho com música e movimento acontece não dissociando essas experiências gemelares.

Nesta apresentação, gostaria de mostrar como nós, adultos professores, fomos nos encantando com as formas, as ferramentas, os meios, as estratégias de aprender que a criança vai criando, brincando à medida que vai apreendendo o mundo.

** Jéssica Mami Makino - docente da FFCLRP (USP), licenciada em Educação Artística-Música, mestre e doutora em Música pelo IA-Unesp, foi docente da educação básica, trabalhou no desenvolvimento do material didático de São Bernardo do Campo e do Estado de São Paulo e na atualização do currículo do Município de São Paulo.*

Espetacularização das redes sociais e a ausência da vivência social concreta

* **Helena Mendonça**

Segundo Jaron Lanier, pesquisador da ciência da computação e autor do livro “Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais”, temos de nos afastar das redes imediatamente. Ou pelo menos deixá-las por algum tempo, enquanto reciamos a internet. Ele alega que somos animais de laboratório do *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, dentre outros. Nossos dados têm sido usados indevidamente de muitas formas como, por exemplo, no caso Cambridge Analytica e as últimas eleições dos Estados Unidos. Além disso, as redes sociais nos apresentam uma realidade recortada, um mundo irreal no qual as verdades são enfraquecidas por notícias falsas e pelo comportamento de manada. Ele e outros pesquisadores têm investigado o movimento de participação nas redes e o “show do eu” que, segundo a pesquisadora da UFRJ, Paula Sibilia, tem nos colocado muitos desafios quanto à construção da nossa identidade. Esse fenômeno do show de si mesmo, segundo a autora, tem como característica a espetacularização da intimidade, que antes estava em um espaço privado e agora deve ser um espetáculo, uma performance que é assistida, “curtida” e acompanhada por nosso público. Esta questão é tratada em seu livro “O show do eu”, publicado inicialmente em 2008 e reeditado em 2017.

O mundo digital faz parte do nosso cotidiano e traz recursos e possibilidades muito importantes para a nossa mobilidade, comunicação e acesso à informação. Em 2020, no Brasil, entrará em vigor a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que regulamentará a proteção de dados pessoais na internet, uma conquista que nos aproxima de países europeus que criaram leis rígidas relacionadas ao uso dos dados pessoais compartilhados nas redes ou em sites que exigem algum tipo de cadastro. É importante, então, que haja consciência no uso do digital e que possamos nos colocar numa posição mais ativa e crítica nestes ambientes. É papel também da escola promover espaços de discussão sobre o tema, para que seja possível experimentar, usar, refletir sobre o uso e avançar num uso consciente e responsável das redes e da internet como um todo.

* **Helena Mendonça** - graduada em Engenharia Eletrônica pela Universidade Mackenzie, mestre pela FFLCH (USP), doutoranda na mesma instituição e coordenadora de tecnologias educacionais da Escola da Vila, em São Paulo.

A educação diante da catástrofe

* **Wellington Wagner Andrade**

Devemos colocar a educação brasileira na borda de um precipício, não para convidá-la a se espatifar contra o abismo – como querem atualmente no Brasil todos aqueles que, por estultícia ou má-fé, lidam com ela com absoluta falta de compreensão – e, sim, para vê-la disposta a criar asas e voar - como desejam mulheres e homens vocacionados para o verdadeiro exercício da vida pública. Daí o caráter ambivalente que vem recobrando a questão educacional no país há muito tempo, agravado recentemente por um contexto socio-cultural em que a ignorância, o anti-intelectualismo e o retrocesso se transformaram em valores políticos ativos, que têm interferido nas mais variadas esferas institucionais e feito grandes estragos nelas.

De um lado, a situação é caótica – fruto do descaso das autoridades brasileiras no trato de assunto que subsidiou as grandes transformações civilizatórias pelas quais já passaram inúmeras nações mundo afora –, de outro, há todo um mundo novo, promissor, a ser construído. Se concordarmos com Chesterton, para quem a educação é "simplesmente a alma de uma sociedade a passar de uma geração para outra", haveremos todos nós brasileiros de nos sentirmos como o alferes Jacobina, do conto de Machado de Assis, cuja alma refletida no espelho era "uma figura vaga, esfumada, difusa, sombra de sombra". Mas temos condições de mudar esse quadro.

Vigilantes frente às intensas e constantes ameaças oferecidas pela cultura digital, é preciso olhar para o caráter catastrófico do problema, mas não no sentido do senso comum. Antes, o desastre aqui aludido se reveste do sentido de *katastro-phé*, como entendido na tragédia grega – aquele acontecimento funesto e decisivo que provoca o desenlace da ação, precipitando o herói em um movimento descensional, sim, mas por meio do qual ele adquire o conhecimento de si mesmo e dos mecanismos do mundo.

O flagelo está aí, mas a educação encontra sua verdadeira grandeza naquilo que exprime sua natureza: a remoção dos obstáculos que impedem o desenvolvimento de cada pessoa.

* **Wellington Wagner Andrade** - diretor e professor de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero e crítico de teatro da revista *Cult*.

Escola pública e a sociedade do conhecimento

* **Gabriel Perissé**

O poeta francês Paul Claudel brincava com uma imaginária etimologia da palavra *connaissance*. O conhecimento seria uma *co-nnaissance*, isto é, um "nascer com". Todo conhecimento, portanto, extrapolaria o ato intelectual. Surge de ou se torna um ato de vida, um nascimento para novas realidades em união com essas mesmas realidades. Eu conheço e renasço ao conhecer, me integrando à dinâmica das novas coisas conhecíveis.

Uma sociedade do conhecimento, seguindo essa intuição poética e linguística, transborda de vitalidade, multiplica as descobertas, produz luminosidade. Sociedade do conhecimento é, a rigor, espaço de inclusão, crescimento, evolução. É (ou deveria ser) lugar de aprendizado para todos o tempo inteiro. E o conhecimento se traduz em ação e produção. Nesta sociedade do conhecimento, tudo o que se aprende ganha finalidade, se torna aparelho, se transforma em instrumento, vira processo, modo de capitalizar, vitória sobre adversários, ultrapassando limites materiais, alcançando metas, modificando a própria sociedade do conhecimento.

As precariedades da escola pública conspiram contra um projeto em que o conhecimento, ocupando o primeiríssimo lugar das ambições, viabilizaria outras ambições e nascimentos. A sociedade do conhecimento perde força entre nós quando não nos reconhecemos como bons conhecedores. Ou, o que é mais problemático, se volta contra nós quando não nos renovamos, não renascemos no conhecimento.

Edgar Morin escreve: "Precisamos, hoje, retomar as grandes questões humanas; não apenas o conhecimento do mundo, mas também o mundo do conhecimento, os modos do conhecimento e o conhecimento do conhecedor (a proposta socrática)".

Ter conhecimento e consciência do que é conhecer, para que possamos conhecer e reconhecer melhor quem somos nós, para saber o que podemos "fazer" com o conhecimento. Nisso consiste a mais importante contribuição da escola pública, na medida em que divulga, aprofunda, promove, desenvolve, mas, sobretudo, orienta as forças do conhecimento a favor dos próprios conhecedores. É importante retomar as grandes questões públicas na escola pública. Democratizar a filosofia, reelaborar a formação docente, em vista de uma sociedade em que o conhecimento humanize a todos.

* **Gabriel Perissé** - mestre em Literatura Brasileira pela USP e em Teologia pela PUC-RS, doutor em Filosofia da Educação pela USP, com pós-doutorado em Filosofia e História da Educação pela Unicamp. Autor de livros sobre filosofia da educação, didática, ética e formação docente.

O ambiente que se transforma a partir das experiências das crianças

* **Shauan Bencks**

O que nos afeta e o que nos anestesia?

Estamos proporcionando para os meninos e meninas caminhos para que descubram o afeto, o afetar-se e o afetar, no sentido de que podemos nos impactar positivamente, nos colocando no lugar do outro ou nos colocando em nosso lugar em outros lugares?

Estamos mediando descobertas e provocando interrupções com a mesmice, ampliando o leque de cores disponíveis, para que cada criança possa pintar o quadro da sua trajetória, de maneira leve, ainda que não fácil, de maneira lúdica, ainda que não boba, e de maneira sensível, ainda que não frágil ou fraca?

Estamos conversando com as crianças no idioma da brincadeira, que é o idioma delas, como diz o grande educador-brincante Chico dos Bonecos? Ou estamos com a nossa rígida língua de certezas fixas e limitantes?

Será que as urgências do dia a dia, as chamadas "correrias", a "vida louca da escola", nos fazem permanecer no ciclo de hábitos diretores e autoritários? Ciclo que, ilusoriamente, pode fazer sentido para o adulto educador, já que todos somos capazes de encontrar justificativas infinitas para a triste imobilidade.

Não é interessante que as crianças vivam situações de alto nível de mutabilidade, despertando diariamente novas curiosidades, aumentando o repertório de respostas, conjecturas, suposições e resoluções de problemas?

A sala, as paredes, o chão, os móveis (veja só, são móveis), o grande espaço de convivência que é a escola, não deve ser o suporte para a arte da exploração, da descoberta e da recriação permanente?

E não deve ser o educador o viajante curioso que indica a direção e não "o que" olhar nesta direção?

Estes são os pontos principais, os questionamentos e reflexões, que irei abordar no 30º Congresso do SINPEEM, em total sintonia com os 10 anos de pesquisa em educação musical, no campo das relações humanas por meio da música, e no campo do desenvolvimento infantil, em pesquisas e ações de formação de educadores, que venho desenvolvendo junto à pedagoga e psicomotricista Aline Meneses, criadora do projeto Bebê em Movimento.

* **Shauan Bencks** - educador, músico, compositor e brincante.

Licenciado em Educação Musical pela UniSantana (SP), ministra cursos para crianças, adultos e de formação para educadores.

Explorando culturas a partir da contação de histórias

O mistério das histórias

* **Ana Luísa Lacombe**

Num pequeno conto, Galeano narra sobre avós que, batizando o neto, lhe dão presentes: um caracol para ele aprender a amar a água, soltam um pássaro para ele aprender a amar o ar, dão uma flor para ele aprender a amar a terra, e uma garrafinha tampada, que não abra nunca. "Para aprender a amar o mistério".

Vamos falar do mistério. Do segredo contido nas histórias. Quando ouvimos uma narrativa estamos desvendando um segredo. Novas culturas, novas formas de pensar o mundo e de se relacionar. Muitas histórias não respondem a todas as perguntas que elas suscitam. Deixam questões no ar, nos lembrando do mistério que sempre fará parte de nossa existência, uma vez que o enigma da morte não pode ser respondido.

Por que o pai de Branca de Neve não interviu em auxílio da filha? O que aconteceu com a bruxa de Rapunzel? O que será que Chapeuzinho e sua avó experimentaram dentro da barriga do lobo? São perguntas que as versões mais antigas deixam em aberto, dando a cada ouvinte ou leitor a chance de preencher esses vazios como bem quiserem ou deixá-los assim, sem nada. Afinal, não temos todas as respostas.

Os contos ancestrais, por conterem a memória de muitas gerações, trazem reflexões que fazem sentido em qualquer tempo ou lugar. Neles há o desejo, os valores, as questões que sempre estiveram presentes no imaginário e que são intrínsecas do nosso estar no mundo. Antes da filosofia e das ciências buscarem as respostas, eram as histórias que davam conta de dar as explicações, criando um mundo simbólico para responder ao mundo real. Respostas muitas vezes inacabadas, fantásticas, engraçadas, amedrontadoras. Algumas das novas versões literárias ou cinematográficas buscam preencher essas lacunas, dando lógica e justificativas para as "falhas" das narrativas tradicionais, arrumando tudo, para não deixar a angústia do inexplicável. Perdemos o mistério, a parte que era nossa e que podíamos tramar segundo nossos desejos.

Por detrás de cada narrativa há um segredo de cada um, como uma segunda história particular que enxergamos por trás da trama que se apresenta "igual" para todos. Ela pode ser misteriosa até mesmo para nós, mas estará lá e talvez um dia se revele.

Ana Luísa Lacombe - atriz, contadora de histórias e escritora. Cinco Prêmios APCA, professora no curso de formação de contadores de histórias e na pós-graduação da Faculdade Cantareira e da Facon. Autora de "Quanta história numa história".

A escola como espaço privilegiado da construção da igualdade de gênero

* **Job dos Reis**

É comum, atualmente, no ambiente escolar, presenciarmos atividades que supõem diferenças entre meninos e meninas, como dividir as filas e propor exercícios de força aos meninos e de cuidados às meninas. E, para além, afirmações do tipo "meninos têm mais energia, são fortes e menos emotivos" e "meninas educadas, meigas e frágeis". Tais situações evidenciam como o universo escolar constrói e organiza o seu cotidiano a partir da relação de gênero.

Entendemos relação de gênero como um dispositivo construído historicamente e culturalmente, que tem por função dar significado do que é ser homem (masculino) e do que é ser mulher (feminino). A partir dessa perspectiva, se estabelece expectativas de atitudes e comportamentos sobre o que pensar e gostar. E, na maioria das vezes, se tem como referência as diferenças percebidas nos corpos.

É inegável que há diferenças entre os corpos masculinos e femininos, contudo, não os tornam desiguais. Essas desigualdades são construídas e aprendidas cotidianamente nos espaços sociais. Nesse sentido, a escola, como um lugar de convivência social, pode ser produtora destas desigualdades, ao mesmo tempo que também pode ser um espaço privilegiado para o debate, formação e construção da igualdade de gênero.

Diversos dispositivos legais amparam os professores e toda equipe envolvida no processo de ensino/aprendizagem, a abordar as questões de gênero e diversidade no espaço escolar. Destacamos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), que propõem como uma das abordagens o Tema Transversal Orientação Sexual. A própria Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, reconhece que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações".

É importante salientar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no artigo 12, pela inclusão da Lei nº 13.663, de 2018, apresenta novas responsabilidades para a gestão escolar como o combate ao *bullying* e à cultura pela paz. Sabemos que muitos conflitos, preconceitos e situações de violência no ambiente escolar têm como motivadoras questões de gênero e de diversidade sexual. Portanto, é urgente e necessário que as escolas se mobilizem promovendo o debate e o desenvolvimento de ações junto à comunidade escolar, para construir uma cultura de igualdade, equidade e respeito às questões de gênero e diversidade.

* **Job dos Reis** - graduação em Psicologia pela USF. Especialista em Sexualidade Humana, pela Unicamp, e em Terapia Sexual, pela SBRASH. É psicólogo clínico e colaborador voluntário do Amtigos do IPQ - HC Fmusp.

*** Lúcia Makena**

Aprender é um ato revolucionário. Nos tempos atuais a escola tem sido um espaço fundamental para ajudar na formação de crianças e jovens de maneira global.

É preciso acompanhar as mudanças que ocorrem em vários setores da sociedade a partir de lutas importantes como questões de diversidade e gênero.

A desigualdade de gênero é um problema antigo em nossa sociedade e, até os dias de hoje, ainda tem quem acredite que o lugar da mulher está restrito apenas aos cuidados da família e da casa ou ela possa contribuir de maneira bem simples nas despesas em algum trabalho que consiga conciliar com as tarefas domésticas.

A luta do movimento de mulheres há décadas tem causado muitas transformações na sociedade como um todo, com objetivo de barrar a violência e morte e abrir caminhos para uma luta justa e igualitária.

A escola não pode se omitir a essas transformações e é chegado o momento de repensar diversas situações no âmbito escolar. Muitas vezes, a educação carrega consigo ideias, ações e propostas que reforçam e perpetuam preconceitos e privilégios de um sexo sobre o outro, no caso, sexo masculino sob o sexo feminino.

É importante destacar que, apesar da supressão dos termos "gênero" e "orientação sexual" da Base Nacional Comum Curricular, discussões sobre direitos humanos e discriminações continuam contempladas no documento e devem ser trabalhadas nas redes de ensino.

"A educação escolar é responsável por contribuir para a superação de relações historicamente assimétricas e por promover a diversidade, a igualdade e os direitos humanos e esta ideia está presente de forma transversal em várias áreas do conhecimento da Base." Deborah Duprat.

É necessário abolir conceitos que inferiorizam mulheres e que constantemente acabam ocorrendo dentro da escola por meio da literatura infantil como, por exemplo, contos de fadas; ao "corrigir" as meninas, "orientando" para não usarem miniblusas, shorts ou sentarem de pernas abertas; não as incentivar a participar de determinados jogos, dizer que tais profissões são para homens por serem mais fortes, ou mesmo usar termos para os meninos como "parece mulherzinha" e "homens não choram".

É preciso mudar paradigmas e tudo deve acontecer com a participação do corpo docente e discente, trabalhadores da escola como um todo e familiares.

** **Lúcia Makena** - pedagogia USP, especialista em Formação de Professores - IFSP, leciona na Feduc-Erer. É arte-educadora, contadora de histórias, afro-preendedorora.*

Mediação em contexto de diversidade

* **Otávio Augusto Moreira D' Elia**

Ao longo dos anos pode ser verificado que a mediação se apresenta como uma forma de atuação adequada que promove e facilita a integração entre pessoas de diferentes gêneros, origens étnico-culturais, orientações sexuais diversas, variadas faixas etárias e não apenas como meio de resolução de conflito já instalados. A experiência nos mostra a importância de seu emprego como processo de prevenção e de gestão de conflitos, que facilita a comunicação entre as partes e promove o reconhecimento do outro, em suas diferenças e diversidade.

Assim, por meio da reflexão sobre os malefícios de todo tipo de preconceito e discriminação, entendemos que a mediação se constitui como instrumento eficaz que convoca as pessoas a pensar sobre os efeitos dos diversos preconceitos, tornando mais harmoniosa as relações dentro das organizações, escolas, órgãos públicos e demais formas de associação, resultando no incremento do trabalho e da produção.

Pesquisas demonstram que a diversidade atua favoravelmente para a criatividade no trabalho. Desta forma, por meio da prática da mediação é possível promover a prevenção e gestão de conflitos em ambientes de diversidade de gênero, étnica-racial, orientação sexual de forma a possibilitar o aumento do rendimento dos agentes envolvidos nas tarefas de trabalho, com o conseqüente crescimento tanto para as pessoas como para a organização.

Dada a importância de se mediar os conflitos desde o início de vida de todo indivíduo, a escola se mostra como um palco privilegiado para que os alunos possam ser estimulados, desde cedo, a conviver com a diversidade, em todas as suas expressões, dentro de uma cultura de paz e de harmonia, respeitando a livre expressão de cada um. O respeito à singularidade e à liberdade dos colegas é essencial para que seja possível a construção de uma cultura em que as pessoas possam conviver de forma solidária e colaborativa, com mais cooperação e consideração uns pelos outros em suas diversas maneiras de ser no mundo.

Nesse sentido, a mediação e as práticas restaurativas, em vez de estimular a competição e a disputa entre as partes, representam meios eficazes para a constituição de campos de comunicação. Não se trata, portanto, apenas de resolução de conflitos, mas sim da criação de novas maneiras de trocas, em que as pessoas envolvidas são estimuladas a desenvolverem ativamente a prática da escuta, a empatia para uma convivência social mais democrática e menos opressora.

* **Otávio Augusto Moreira D' Elia** - graduação em Direito (USP), Filosofia (USP), Economia (USP), Psicologia (Unip). Mestre em Comunicação e Arte (USP), foi professor de Sociologia Jurídica na Faculdade de Medicina da USP. Tem artigos publicados em livros e revistas.

Condições de trabalho, assédio moral, democratização do ambiente de trabalho e síndrome de burnout

* **Sérgio Kodato**

As transformações recentes no mundo da escola pública, incluindo a violência entranhada na dinâmica pedagógica e subjetiva, o desencantamento com a figura do professor e com o conhecimento científico implicaram na precarização do trabalho docente, incremento do autoritarismo, assédio moral, muito sofrimento físico e psíquico. Para onde vai a saúde física e mental do profissional da educação?

A violência nas escolas, que atingia o patrimônio público, agora atinge diretamente a figura do professor, objeto de violência psicológica, agressão física e desrespeito.

A síndrome de burnout, ou do esgotamento profissional, é recorrente, se constituindo como um distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico, resultante de situações de trabalho desgastante, que demandam muita competitividade ou responsabilidade.

A principal causa dessa disfunção é justamente o excesso de trabalho, as péssimas condições laborais e a falta de sentido do ato de ensinar. Essa síndrome é comum em profissionais que atuam diariamente sob pressão e com responsabilidades constantes que, ao se sentirem impotentes diante da carga física e psíquica da tarefa docente, acabam produzindo doenças psicossomáticas, muitas delas incapacitantes. Se os problemas e doenças dos educadores decorrem da organização do trabalho e do projeto pedagógico na escola, eles devem ser atacados de forma sindical, organizacional e coletiva.

O assédio moral e a crueldade na gestão pedagógica estão diretamente ligados ao autoritarismo e personalismo gerencial, acarretando sérios prejuízos para o processo de produção de conhecimentos e habilidades, que é social e coletivo. Portanto, a sobrevivência da escola pública de qualidade depende da possibilidade da união e organização dos educadores em torno de eixos reivindicativos que envolvem não só melhores condições de ensino e salários, mas também a democratização da escola pública.

Essa democratização significa minimizar a centralização das decisões, ampliar o processo coletivo de tomada de decisões e buscar conquistar a autonomia administrativa, didática e pedagógica.

* **Sérgio Kodato** - coordenador do grupo de pesquisa Observatório de Violência e Práticas Exemplares, da USP, de Ribeirão Preto (SP).
Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP, onde é professor.

*** Paulo Artur Malvasi**

A violência no ambiente de trabalho, como a instabilidade do emprego, compõe um cenário mais amplo, que envolve a supressão de direitos trabalhistas históricos e a consequente generalização da insegurança social.

O sentimento generalizado de insegurança tem repercussão no agir da vida cotidiana e na saúde das pessoas, tanto no plano coletivo como no individual. Expressam um processo de exclusão do núcleo central do sistema econômico de crescentes segmentos populacionais, mas exprimem, especialmente, a presença dos valores predominantes em nossa sociedade: o individualismo como imperativo social, o consumo como forma de atribuição de *status* e prestígio social, a competição desprovida de parâmetros éticos, envolvendo as pessoas num contínuo processo de autofagia simbólica (exclusão ou morte do outro).

Nesse sentido, o que tem se chamado de assédio moral é parte de um amplo processo que foi caracterizado pelo sociólogo Richard Sennett como "a corrosão do caráter". Este é o cenário que compõe o ambiente de trabalho dos educadores.

A influência desse estresse na manifestação de diversas formas de adoecimento dos profissionais da área do ensino tende a se exprimir no aumento de distúrbios psíquicos, tais como a depressão crônica, as fobias, as crescentes sociopatias, os processos caracterizados por ansiedades, as síndromes de pânico, as síndromes metabólicas ou digestivas, com todo o seu cortejo de somatizações.

Quase todas essas formas de adoecimento estão presentes nesses profissionais. Levantamentos populacionais epidemiológicos e estudos clínicos, divulgados pela imprensa escrita e televisiva, as mencionam incessantemente.

Ampliar a solidariedade entre os pares e a participação em movimentos por uma sociedade mais justa em espaços de organização coletiva (como sindicatos, associações e movimentos sociais) pode ser um importante modo de lidar com o adoecimento causado pelas atuais condições de trabalho.

*** Paulo Artur Malvasi** - antropólogo, doutor em Saúde Pública (USP), professor da FCM da Santa Casa de São Paulo.

Multiculturalismo e movimentos migratórios: desafios para a educação no mundo globalizado

Multiculturalismo na escola: propostas didáticas para o enfrentamento de desafios históricos e sociológicos

* Flávio Américo Tonnetti

Documentos de organizações internacionais têm enfatizado os desafios que as migrações em massa, resultadas de processos comerciais, políticos e militares em nível global, têm reservado para as escolas e para a educação que se conduz nas grandes cidades nas quais essas populações aportam.

No caso da escola brasileira, podemos pensar, inicialmente, como a nossa história é marcada, já em séculos anteriores, por processos de choque de culturas e pela migração forçada. O primeiro caso, de choque de culturas, pode ser bem expresso pelo contato de europeus com populações ameríndias. Enquanto a segunda situação pode ser bem expressa pelo processo resultante do tráfico negreiro, que trouxe para o Brasil, contra a vontade e de forma violenta, milhares de africanos (as) de diferentes culturas e povos.

O desafio inicial da escola brasileira, do ponto de vista histórico, é dar conta de acolher, apresentar e criar condições para que a cultura brasileira seja conhecida e manifestada integralmente, a partir do que, no entendimento de Darcy Ribeiro, foi expresso pelo conceito de matrizes culturais. Sendo a cultura brasileira formada por três matrizes distintas, cabe à escola reconhecê-las e salvaguardá-las – desafio inicial que ainda caminhamos para transpor.

Em paralelo a esse desafio histórico, temos o desafio sociológico contemporâneo, que é o do acolhimento de crianças e adolescentes que, com suas famílias, vieram se instalar no Brasil, na condição de migrantes ou refugiados. Essa condição potencializa ainda mais o primeiro desafio, mas, ao mesmo tempo, contribui para a sua solução, uma vez que o tema da multiculturalidade pode ser experienciado naturalmente, dada a presença de estudantes vindos de diferentes regiões e países.

Nosso desafio, nesse encontro, é pensar em estratégias e abordagens didáticas, usando recursos pedagógicos e tecnológicos, que possam ser utilizados em sala de aula por professores da rede municipal, a fim de transpor esses nossos desafios históricos e contemporâneos.

* **Flávio Américo Tonnetti** - professor da Universidade Federal de Viçosa, doutor em Educação, mestre, bacharel e licenciado em Filosofia pela USP. Foi professor do curso de Desenvolvimento Comunitário da Universidade Nacional de Timor-Leste e atuou como pesquisador na Alemanha, na Espanha e na Bélgica.

ATUALIZE O SEU CADASTRO E BAIXE O APLICATIVO DO SINPEEM NO SEU CELULAR

As novas tecnologias mudaram as formas de relacionamentos e o SINPEEM não ficou de fora.

O sindicato mantém as suas formas tradicionais de comunicação e informação, mas tem ampliado o seu alcance com o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), utilizando cada vez mais seu site e aplicativo, tendo em vista que cartas, jornais, boletins e cartazes impressos estão se tornando raros.

O aplicativo do SINPEEM é ferramenta extremamente útil e rápida e deve ser explorado. Nele, o associado tem à disposição publicações no Diário Oficial, atestados de participação em reuniões de representantes e do Conselho Geral, certificados de cursos e congressos do SINPEEM, inscrição em eventos também promovidos pelo SINPEEM, downloads de arquivos, além de acesso rápido ao sindicato por meio de ligação telefônica ou envio de e-mail. Também fica por dentro das principais notícias relacionadas à categoria.

*Para utilizar cada vez mais
e melhor o aplicativo do
SINPEEM, mantenha os seus
dados sempre atualizados.*

Acesse o site

www.sinpeem.com.br,

*atualize o seu cadastro
e baixe o aplicativo do*

sindicato no seu celular pelo

Google Play ou App Store.



Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo

Avenida Santos Dumont, 596 - CEP 01101-000
Luz - São Paulo - SP - Fone 3329-4500
www.sinpeem.com.br – e-mail: sinpeem@sinpeem.com.br

DIRETORIA

Presidente	Claudio Fonseca
Vice-presidente	José Donizete Fernandes
Secretário-geral	Cleiton Gomes da Silva
Vice-secretário-geral	Renato Rodrigues dos Santos
Secretária de Finanças	Doroty Keiko Sato
Vice-secretária de Finanças	Cleonice Helena Oliveira da Silva
Secretário de Administração e Patrimônio	Josafá Araújo de Souza
Secretária de Imprensa e Comunicação	Lílian Maria Pacheco
Vice-secretária de Imprensa e Comunicação	Janaína Nardocci
Secretária de Assuntos Jurídicos	Nilda Santana de Souza
Vice-secretária de Assuntos Jurídicos	Ariana Matos Gonçalves
Secretária de Formação	Patrícia Pimenta Furbino
Vice-secretário de Formação	Gabriel Vicente França
Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais	Laura de Carvalho Cymbalista
Secretário de Política Sindical	João Baptista Nazareth Júnior
Secretário de Assuntos do Quadro de Apoio	José Corsino da Costa
Vice-secretária de Assuntos do Quadro de Apoio	Denise Assis da Silva
Secretária de Seguridade Social/Aposentados	Cleusa Maria Marques
Secretária para Assuntos da Mulher Trabalhadora	Luzinete Josefa da Rocha
Secretária de Políticas Sociais	Lourdes Quadros Alves
Secretário de Saúde e Segurança do Trabalhador	Floreal Marim Botias Júnior
Secretário de Organização Regional	Eliazar Alves Varela

DIRETORES REGIONAIS

Camila Santo Lisboa - Célia Cordeiro da Costa - Clóvis dos Santos Costa Júnior
Dimitri Aurélio da Silveira - Lucas Antonio Nizuma Simabukulo
Maria Aparecida Freitas Sales - Michele Rosa Oliveira - Nelice Isabel Fonseca Pompeu
Priscila Pita - Raquel Macedo de Lima - Ricardo Cardoso de Moraes
Valéria de Jesus Silva - Vitória Keiko Vassoler



Jornalista responsável: **Graça Donegati** - Mtb 22.543 – Diagramação: **José Antonio**
Tiragem de 5 mil exemplares – Distribuição gratuita